

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 23/2021

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO

- Presidente:** - *Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues*
- Vereadores Presentes:**
- *Carlos Duarte Travanca*
 - *Vítor Manuel Correio*
 - *Orlando Ferreira Pires*
 - *Francisco José Clemente Sousa*
 - *Vera Cristina Quintela Pires Preto*
 - *Nélia Alexandre Pires Pinheiro*
- Secretariou:** - *Esmeralda Emília Rebelo Fidalgo Pinto*
Jurista
- Hora de Abertura:** - **15:00 horas**
- Local da Reunião:** - **Paços do Concelho - Salão Nobre da Câmara Municipal**

Período de Intervenção Aberto ao Público

Ato Eleitoral dos Representantes do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Mirandela.

----- O Senhor Município *Rui Feliciano* disse: Antes de mais, boa tarde. Senhora Presidente, Senhores Vereadores, ilustres concidadãos.

Em primeiro lugar, desejar-vos a todos vocês, de coração, um excelente mandato. É aquilo que mais desejo na qualidade de cidadão mirandense, na qualidade de Professor desta cidade há muitos anos e na qualidade de mirandense que muito me orgulha sê-lo. Era isso que vos queria desejar, porque o vosso sucesso é o sucesso de todos nós. Não se esqueçam disso nunca.

O início do ano letivo, eu que sou muito preocupado com estas questões da Educação, já não começou muito bem. Infelizmente, a Senhora Presidente deve saber e a Senhora Vereadora da Educação também deve saber, foi realizado um ato eleitoral que mais uma vez, no meu entendimento, cumpriu a tradição das irregularidades processuais. É lamentável.

Foi feita uma eleição para o representante dos Professores ao Conselho Geral. Imaginem só que o Conselho Geral aprova um regimento eleitoral onde o Presidente é o Presidente do Conselho Geral, onde a Comissão Eleitoral compõe a mesa pelos próprios candidatos que fazem o escrutínio e que, como tal, assinam a Ata. Tive o cuidado de fazer uma impugnação, porque entendo que os princípios democráticos não podem ser pervertidos. Depois falamos em cidadania.

Não concebo que um Professor que não cumpre as regras básicas da Democracia tem condições de cumprir as regras da cidadania enquanto Professor. E depois admiram-se que venham senhores de Famalicão a questionar a cidadania na escola pública. Pois eu posso-lhes dizer: Se alguma coisa acontecer do género, o *Rui Feliciano* e creio que a *Gabriela Lomba* irão fazer exatamente o mesmo procedimento que fez aquele casal em Vila Nova de Famalicão, lamentavelmente.

Mais lamentável é os três membros do atual Executivo terem votado esse, por unanimidade, e nem sequer terem questionado esse procedimento. Senhora Presidente, está escrito numa Ata que foi votado por unanimidade. Se a Senhora não estava ou se a Senhora votou sem entender, lamento. Como tal, venho-lhe dizer que já não começou muito bem o ano.

Estamos, neste momento, num procedimento de substituição de Professores e iremos estar, mais uma vez, sem o representante dos docentes no órgão que é o órgão mais importante do Agrupamento de Escolas de Mirandela que é só o único Agrupamento de Escolas de Mirandela que temos. Quem já me conhece sabe que eu não brinco com estas coisas. É a segunda vez que venho aqui e desta vez apelar ao bom senso dos três elementos que aqui estão presentes e que fazem parte integrante, embora a maior parte das vezes faltem...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Isso não é verdade.

----- O Senhor Município *Rui Feliciano* disse: Virei na próxima Reunião apresentar à Senhora Presidente o número de vezes que a Senhora Presidente faltou ou então não assina as atas, o que é grave. É grave. Eu não a tenho como mentirosa e é lamentável ter que lhe dizer aqui que a Senhora não está a dizer a verdade. Lamento ter que lhe dizer isto.

Queria que vocês, definitivamente, olhem para aquele Agrupamento de uma vez por todas. E o *Rui Feliciano*, definitivamente, em público, não tem interesses diretivos. Eu nunca quis ser Diretor de nada. Eu vim para a minha terra, como disse da última vez, para ser Professor e para ajudar aqueles que não tiveram e que passaram pelo mesmo que eu passei. Portanto, lamento ter que vos dizer isto, mais uma vez, e começo a estar cansado. Com 52 anos já não estou para brincar como devem entender. Lamento ter que vir aqui dizer isto mais uma vez.

Portanto, não começou bem o ano letivo e não vai continuar bem o ano letivo. Nunca se esqueçam, para quem não sabe, o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas é só o órgão mais importante que tem o Agrupamento de Escolas. Gostava muito que esta reflexão caísse fundo nos vossos pensamentos para que rapidamente corrijam o mal que está feito.

Muito obrigado.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Boa tarde. Agradecer a intervenção do público, ao Professor *Rui Feliciano* e as felicitações pelo desejo de bom mandato. Tudo estamos a fazer para que seja uma realidade.

Relativamente ao ato eleitoral, de facto, a esta reunião do Conselho Geral e por estarmos em período eleitoral, nenhum dos elementos esteve presente. Portanto, a unanimidade foi pelos membros presentes na reunião.

À data, consideramos que estando nós em período eleitoral e em gestão, até pedimos o parecer jurídico para sabermos da nossa legitimidade de podermos estar presentes, dizer que não estivemos presentes, os três, nessa reunião por opção de representação por estarmos de facto no período eleitoral que tem algumas condicionantes e limitações, sob o ponto de vista jurídico e até de decisão, por isso é que todas as decisões que tomamos naquele período, sejam algumas depois vindas a ratificar em Reunião de Câmara. Portanto, a unanimidade foi dos membros presentes na reunião.

Em relação à presença do Executivo nos Conselhos Gerais, dizer que temos sempre estado representados. Temos três membros no Conselho Geral, desta vez eu também fiquei no Conselho Geral por considerar muito importante a presença do Município no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas que é realmente o órgão mais importante, mas dizer que, apesar das competências na área da Educação terem sido descentralizadas para o Município, existem questões de carácter interno do Agrupamento de Escolas das quais há a tutela, que é a DGEstE Norte que tem a tutela e a competência da organização e da gestão do Agrupamento de Escolas. As competências que passaram para a Câmara Municipal são de ordem de recursos humanos, Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais, não Professores, e também de ordem operacional que tem a ver com o espaço Escola. Por isso é que vamos, brevemente, iniciar as obras da última Escola que falta fazer uma intervenção, que é a Luciano Cordeiro.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Boa tarde a todos. Quero cumprimentar todos, cumprimentar o público e felicitar pela sua presença e dizer que é um prazer tê-los aqui. Acho que faz falta estarem aqui connosco, porque a Democracia só faz sentido se for participada e se for uma Democracia aberta. Portanto, muitos parabéns ao público, muito obrigado pela vossa atitude, muito obrigado por estarem aqui presentes.

Quanto à Educação, na nossa campanha sempre dissemos claro que a Educação seria a nossa primeira prioridade, a Educação e a Cultura, nomeadamente a ligação da Educação à Cultura. O que é certo é que já tivemos várias Reuniões, esta já é a terceira, e em termos de Educação não vimos projetos, falou-se no caso da Escola Luciano Cordeiro, mas não há mais nada. Não há estratégias, não se falou de estratégias de combate ao abandono escolar, não se falou de estratégias de combate ao insucesso escolar, não se falou de recuperar as condições em que a Escola da Torre está, não se falou no caso das condições - a não ser naquela intervenção que eu fiz na Reunião de 21 de outubro e que eu digo que está em falta na Ata - que as condições da Escola Luciano Cordeiro são, de facto, muito más. Acho que nós, de uma vez por todas, devíamos celebrar um pacto com a sociedade civil, agregando também as pessoas que têm conhecimentos, como o Professor *Rui Feliciano*, a quem agradeço a intervenção, e outros contributos e fazermos uma espécie de compromisso com a cidade e com a população de Mirandela acerca do Ensino, da Educação e da Cultura, que são vetores estratégicos.

Estamos disponíveis para isso e estamos disponíveis para fazer parte de uma Comissão Alargada onde se incluam peritos, onde se incluam pessoas que nos ajudem a fazer de Mirandela um lugar melhor onde a Educação seja uma aposta prioritária e onde ninguém fique para trás e todos tenham acesso à Educação de forma igualitária.

Sobre esse aspeto tínhamos preparado já para a Reunião anterior uma pequena intervenção que não foi oportuno fazê-la e que será feita pelo Senhor Vereador *Francisco Sousa* quando possível.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Antes da Ordem do Dia

Abertura da Reunião de Câmara.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Boa tarde a todos. Caras e caros Vereadores, Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, Dr.ª *Esmeralda Pinto*, público presente.

Dar aqui algumas notas.

Estamos perante urna nova vaga da pandemia e, como tal, vamos agir no sentido de implementar mais medidas de contenção, obviamente em articulação direta com a Unidade de Saúde Pública. Vamos naturalmente aguardar pela reunião do INFARMED, que vai decorrer já na próxima sexta-feira, para decidirmos aquilo que vamos implementar das medidas nacionais. No concelho de Mirandela existem, à data de ontem, 82 casos ativos, situação que nos obriga a estar muito atentos.

Neste fim-de-semana já vai haver um reforço da vacinação com transporte dos idosos das aldeias para o Centro de Vacinação, porque uma das diretrizes é vacinar o mais possível de forma mais rápida possível.

Elaboramos também um procedimento para aquisição de um espalhador de sal por causa da segurança das estradas. Vamos acoplar à viatura da Proteção Civil para fazer face aos riscos inerentes aos acidentes de viação por causa da formação de gelo nas estradas. Temos sempre uma intervenção conjunta entre o Serviço Municipal de Proteção Civil, a Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais e os Bombeiros Voluntários de Mirandela e de Torre de Dona Chama para podermos fazer face a esta situação.

O esvaziamento da albufeira da Ponte Açude de Mirandela decorreu conforme expectável, tendo sido possível concretizarmos os objetivos iniciais e estamos agora já numa segunda fase, porque tínhamos tido aqui há alguns meses uma equipa de mergulho que identificou alguns problemas nos pilares da Ponte Velha, chamada assim por todos, e estamos a corrigir essas anomalias que foram detetadas.

Relativamente ao funcionamento do Balcão EBUPi já está alargado, a partir do dia 15, o seu horário de funcionamento para o período da manhã e em janeiro do próximo ano iremos contar com mais balcões de atendimento. O Município de Mirandela foi um dos primeiros da área da CIM a iniciar o Balcão EBUPi, portanto, já estamos a fazer atendimentos.

No que diz respeito às medidas de autoproteção, foram elaboradas e aprovadas as medidas de autoproteção do Centro Cultural de Mirandela e também do Ninho de Empresas, estado em fase de implementação.

Relativamente à Educação, organizamos e distribuímos todos os materiais de higiene e limpeza no Agrupamento de Escolas.

Na Ação Social, dizer que foram rececionadas 37 candidaturas às bolsas de estudo e destas 37, quatro não entraram dentro do prazo e infelizmente não puderam ser contempladas. Está a ser feita a análise pelos serviços de Educação.

Quanto às atividades de Natal, o CLAS faz sempre a campanha de angariação de bens e vão realizar-se estas ações nos dias 11, 12, 18 e 19 de novembro, algumas já foram realizadas.

Dia 20 de novembro - Dia Internacional da Convenção dos Direitos das Crianças. Esta atividade é para a participação dos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico e da comunidade.

Na semana do dia 14 a 19 de novembro as escolas do 1.º ciclo do ensino básico estarão a elaborar o estendal dos direitos das crianças, como já é hábito. Os mesmos vão estar expostos nas escolas durante a semana do dia 22 a 26 de novembro e a partir da semana do dia 29 de novembro irão percorrer as várias instituições locais, estando ainda em agendamento os locais onde vão estar expostos. O objetivo final da ação é realizar um estendal com os direitos das crianças, fazendo uma exposição na escola e posteriormente em espaços exteriores.

No dia 25 de novembro, sendo o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, vai haver a divulgação de *spots* publicitários em parceria com o GIAV de Mirandela e o Programa CLDS 4G vai realizar uma ação de informação na Escola Profissional de Agricultura vocacionada para a temática da “Não-violência”, como proposta aos programas inseridos nas escolas, PIICIE - Programa Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, que é um Programa da CIM que está a ser implementado em todos os Municípios, para abordar a temática Violência no Namoro.

Relativamente à questão da Qualidade, temos agendada uma auditoria interna do Sistema de Gestão Integrado, para os dias 24 e 25, que será desenvolvida por três auditores externos por uma empresa que foi contratada para o apoio no processo de certificação de Ambiente e Segurança. Temos a certificação da Qualidade, queremos evoluir para a certificação em ambiente e segurança, que requer um envolvimento de todos os serviços municipais.

Temos também agendada uma formação em Primeiros Socorros e a nível de Higiene e Segurança vamos acompanhar a intervenção de remoção das placas de fibrocimento da Escola Luciano Cordeiro que já está contratualizada.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Muito obrigado pelas explicações que nos dá, Senhora Presidente.

Em relação à pandemia, os casos estão a aumentar e a nossa posição é que não se poupem esforços para ajudar todos aqueles que precisam. Portanto, nesse aspeto, os Vereadores da Oposição estão disponíveis para colaborar em tudo o que for preciso para que se dê o apoio aos mirandelenses que precisam. Quanto a isso, estamos disponíveis e sem condições prévias.

Quanto ao esvaziamento da albufeira, foram detetados os problemas dos pilares da Ponte Velha, mas também se nota a degradação na Ponte Nova e na Ponte Açude. Feito este diagnóstico das debilidades destas estruturas, há algum planeamento das obras de recuperação, quer para a Ponte Nova, quer para a Ponte Açude? Era importante, porque notam-se algumas irregularidades, nota-se que algumas placas já estão descidas e podemos ter ali problemas que todos queremos evitar. Seria bom que fossemos informando os mirandelenses sobre os projetos que há e quais os seus *timings*.

Relativamente às bolsas de estudo, sei que há critérios de atribuição das bolsas de estudo, mas também sei que há pessoas que vêm estudar para Mirandela, escolhem Mirandela e que pedem bolsas na autarquia de Mirandela. Mirandela é uma cidade que precisa de captar pessoas, é uma cidade que necessita de fixação de jovens e todos os jovens que vêm estudar para Mirandela são futuros embaixadores da nossa cidade. É o que eu digo aos meus alunos na Católica, “uma vez vindos à Católica, vocês passam a ser embaixadores desta grande instituição”. Gostava que Mirandela também fizesse isso.

Sei que há uma aluna a passar dificuldades, apercebi-me que escreveu qualquer coisa no *site* do Município que “Mirandela não lhe atribuiu bolsa e que Mirandela jamais”. É uma moça de Cascais, penso eu, ou de Lisboa. Pergunto se não era possível encontrar uma forma de sinalizar algumas destas pessoas que estejam com dificuldades e apoiá-las, porque realmente precisamos de acarinhar as pessoas e não queremos ninguém a dizer mal de Mirandela pelo resto do País quando o que está em causa é uma vontade grande de estudar, uma vontade grande de concluir os seus estudos. Portanto, pedia a vossa sensibilização para esse caso e para outros tantos.

Também aproveitava para pedir que tivessem alguma sensibilidade também para os subsídios que as pessoas pedem, porque há instituições de caridade que não têm forma de sobreviver. Ainda recebemos um *e-mail* recentemente e que apoiam as famílias com roupas, famílias numerosas com necessidades básicas e que não têm subsídios, enquanto estamos a dar, por exemplo, subsídios a associações de caça para atribuição de prémios. Preferia não atribuir esses subsídios à associação de

caça para premiar ou para fazer montarias aos javalis e ajudar essa aluna e outros que estão na mesma dificuldade, porque realmente as montarias aos javalis são importantes, mas acho que isso é muito mais importante nem que seja melhorar a vida, dar condições a uma pessoa para estudar.

Peço sensibilidade para esses temas. Provavelmente haverá outras pessoas no Politécnico que estejam com as mesmas dificuldades. Vamos apostar na Educação, vamos dar oportunidade a essas pessoas, vamos ajudá-las. Se querem estudar, querem ir em frente, se tiverem um percalço na vida vamos ajudá-los, vamos estar com eles, porque eles são nossos embaixadores.

Quanto às verbas do PIICIE, gostaríamos de ter acesso às verbas do PIICIE, ao histórico das movimentações que são feitas nas verbas deste programa para sabermos se o que temos é suficiente ou não, se se deve reforçar, se faz sentido, porque nesta situação de pandemia há muitas crianças que com a sua desvinculação com a escola, o seu afastamento com os Professores e colegas, os leva a que sejam tentados a abandonar, ao insucesso escolar, portanto, gostaria, numa próxima Reunião, se fosse possível, que nos comunicassem ou informassem sobre as verbas, como têm vindo a ser utilizadas e se vai ser reforçada ou não, porque parece-me um programa prioritário.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Em resposta às questões, dizer que iniciamos há três anos um diagnóstico de pontes no concelho. Foram vistoriadas, por uma empresa da especialidade, 23 pontes e foi feito um relatório relativamente às questões infraestruturais.

Em relação à Ponte Nova, existia uma dúvida interna, na Câmara, que a Ponte Nova estava na tutela da Infraestruturas de Portugal. A Infraestruturas de Portugal informou que, na altura em que houve a desclassificação das estradas, de estradas nacionais para estradas municipais, a Ponte Eng.º Machado Vaz passou para a responsabilidade da Câmara Municipal. Acontece que a Infraestruturas de Portugal fez uma intervenção no tabuleiro da ponte e nós tínhamos projetado uma intervenção nos passeios, financiada, porque estava candidatada ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano que não avançamos por questões infraestruturais. Tivemos equipas de mergulhadores, tivemos ensaios de elasticidade dos materiais.

Neste momento, já fizemos a adjudicação para o projeto de execução. É uma intervenção que vai custar muito acima do meio milhão de euros. Quer a Ponte Nova, quer a Ponte Velha, quer a Ponte Açude, têm intervenções acima do meio milhão de euros. Essa é uma das nossas preocupações, porque passamos muitos anos sem fazer nenhum diagnóstico relativamente às pontes e nós iniciamos esse processo no anterior mandato.

Segundo os especialistas, o que oferecia maior cuidado e intervenção de imediato era um pilar da Ponte Velha e é isso que está a acontecer. Atenção que este esvaziamento tem que ser solicitado ao ICNF com seis meses de antecedência, temos que fazer um plano por causa dos peixes, que é o IPB que está a assegurar, foi feito por drone a caracterização do leito e removidos os entulhos e tudo aquilo que havia no leito do rio. Também a empresa responsável pela mini-hídrica está a fazer obras na exploração da mini-hídrica. Por isso, acoplamos tudo para fazer nesta fase, até porque há determinados períodos em que não se pode fazer, porque o ICNF não o permite. Este é o ponto de situação.

Neste momento, questionamos a Direção Regional de Cultura do Norte sobre a propriedade da Ponte. Eles próprios não sabem se a Ponte é da Direção Geral da Cultura ou se é da Câmara. Nós vamos avançar, e já estamos a fazer, com a injeção de cimento, numa empresa especializada e, depois, se for da responsabilidade do Estado, vai ser enviada a fatura, se for da Câmara, será o orçamento municipal a assumir.

Em relação à Ponte Nova, temos preparada uma informação e temos contactado sempre a Infraestruturas de Portugal, esta ponte deveria estar a ser monitorizada por eles, mas desde há alguns anos que, quando foi desclassificada a estrada nacional, eles dizem que é da responsabilidade da Câmara. Esta é uma situação que nos preocupa, obviamente. Somos banhados por um rio, temos muitas pontes em todo o concelho e não são só estas, são todos os concelhos, mas esta é a principal preocupação.

Relativamente às questões dos alunos que o IPB acolhe, o próprio Instituto Politécnico de Bragança tem um gabinete de apoio ao estudante que articula com a Câmara Municipal, os Serviços de Ação Social. Quando acolhemos alunos, já acolhemos pelo menos três de Caué que foi a Câmara Municipal que disponibilizou tudo aquilo que eles necessitavam, a nível de apoios, quer o IPB, quer a Ação Social da Câmara Municipal, mesmo a nível de pandemia, foi feito e prestado todo o apoio, porque eles não têm retaguarda familiar. Portanto, foi feito tudo aquilo que era necessário. Eles acompanham diariamente alguns estudantes, o gabinete de apoio ao estudante do IPB funciona com muita proximidade. Portanto, sempre que não há resposta da parte deles, a Câmara Municipal assegura toda e qualquer resposta social, de alimentação, de produtos de higiene e, em caso de isolamento, apoiar em tudo aquilo que eles precisam, desde a retirada do lixo, à compra de alimentação, diariamente. Isso foi feito ao longo do ano passado, sempre.

Há um conhecimento rigoroso de que as pessoas estão apoiadas, quer pela articulação com o IPB, quer pelos nossos Serviços de Ação Social.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Então pode marcar uma reunião na Câmara para vir expor a situação essa aluna?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Claro que sim. Normalmente, o circuito que os alunos mais fazem é através dos serviços sociais do IPB. Eles têm um gabinete próprio e é através deles que depois são solicitados ou não apoios da Câmara. Isso acontece recorrentemente. Se não for através do IPB, ela pode vir aos Serviços Sociais da Câmara e nós contactaremos o IPB para eles terem conhecimento da situação social da aluna. Normalmente, não fazemos nada sem que seja do conhecimento do IPB, porque é a instituição que os acolhe. Isso é feito sempre, em todas as circunstâncias. Não sei se a aluna já recorreu aos serviços do IPB.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Provavelmente. Imagine que até reprovou, que até não tem bolsa e está com dificuldades.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Eles garantem, no IPB, que não há nenhum aluno que esteja com dificuldades.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Mas ela está, tanto é que escreveu no *site* da Câmara, as mensagens até foram apagadas, mas ela escreveu no *site* da Câmara a dizer que pediu.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não sei qual é o nome da aluna.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Eu envio. Pode ter reprovado e se reprovar já não tem bolsa. Se reprovar merece uma oportunidade. Não sei. Há algo concreto que a põe fora desse sistema. Muito obrigado, eu agradeço essa disponibilidade.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Mas sim, claro que sim. Aliás, isso é feito sempre em articulação com eles. Por vezes, pelo menos no período de pandemia, julgo que houve algumas situações em que eles só estavam abertos para a cantina, levavam duas refeições, o almoço e o jantar e às vezes eles não gostavam da ementa do jantar ou da ementa do almoço e havia essas questões relacionadas com a satisfação e as necessidades deles. A nível de cantina do IPB, não estou a falar nas nossas. Mas sei que há sempre uma preocupação muito grande, porque são pessoas que vêm para Portugal, para Mirandela, sem retaguarda familiar e que precisam de ser apoiados.

Em relação aos apoios, de referir que, a nível de apoios sociais, duplicamos os valores dos apoios sociais em 2020, ou seja, que não fique nenhuma família a viver com dificuldades, desde que demonstrem essa dificuldade. Vai ser também tida em conta essa situação a nível da distribuição dos cabazes de natal, que é prática do concelho e do concelho local de Ação Social. Também dizer que, em relação aos apoios e apoios extraordinários, uma não substitui a outra, é complementar. Respeito muito o mundo da caça, os caçadores, é uma fonte de rendimento para o nosso território e também tem que ter, aliás, temos um plano cinegético, da parte da Câmara para esse apoio. Isso não substitui os apoios sociais, são complementares. Que ninguém fique para trás relativamente aos apoios sociais. Em relação às atividades cinegéticas, recreativas, culturais, julgo que é um investimento que nós fazemos também no território e na proximidade com as atividades que as pessoas nos procuram para fazer. Não tenho essa visão de serem concorrenciais, são, sim, complementares, mas há um foco muito grande no apoio social. Isso desde sempre. É sempre uma das nossas prioridades, é a Ação Social e a forma como as pessoas têm acesso aos apoios sociais, a não ser que haja situações em que as pessoas não vêm pedir apoio e então têm que ser referenciadas por outros.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Não foi isso que eu disse. Não foi uma questão concorrencial. Eu disse que se tivesse que escolher entre uma e outra, eu escolhia, claramente, ajudar uma pessoa do que dar um prémio da cabra serrana. Foi isso que eu disse. De qualquer forma, em relação aos apoios, à caça e aos subsídios, acho que nós também um dia destes vamos ter que conversar, porque os apoios que são dados muitas vezes não são fiscalizados e os apoios que são dados para associações de caça têm que ter algum retorno e tem que se saber concretamente quando se dá um subsídio qual é o retorno que aquele subsídio tem, quais são os fins que aqueles subsídios têm. Vejo muitos subsídios aqui aprovados, mas prestar contas dos subsídios também não vejo, ainda não apareceu nada a prestar conta dos subsídios. Acho que tem de haver um compromisso, um protocolo e uma espécie de compromisso de parte a parte que realmente os subsídios servem determinados objetivos para os quais são atribuídos.

Em relação aos subsídios à caça, temos que provavelmente conversar um dia destes.

----- O Senhor Vereador *VÍTOR CORREIA* disse: Boa tarde a todos. Considerem-se todos cumprimentados, especialmente o público que, pela primeira vez, está aqui presente.

Gostava de fazer um pequeno esclarecimento. Falou-se agora aqui em caça e o subsídio que é presente a Reunião de Câmara para aprovação, é uma associação de caça, sim, que propõe, mas não é para um ato cinegético. Eles vão organizar a primeira mostra de produtos regionais naquela região e foi nessa perspetiva que foi apoiado e vão também ter uma ação cinegética, nomeadamente uma montaria, mas a razão por que se propõe a atribuição tem a ver só com a promoção da mostra que eles querem fazer dos produtos regionais, conforme está no documento. Não tem a ver com a promoção da atividade cinegética.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Mas há outros casos que depois podemos falar.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Educação, Cultura e Saúde.

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO SOUSA* disse: Boa tarde. Aproveito para cumprimentar a Senhora Presidente, os Senhores Vereadores, a Senhora Doutora, público em geral, contrerâneos, comunicação social.

É com todo o prazer que estou aqui no meio de vós. Aproveito a oportunidade para felicitar o atual Executivo, desejando que qualquer decisão que venha a ser tomada seja sempre em prol do desenvolvimento de Mirandela. Parece uma intervenção extemporânea, mas não tive oportunidade de a fazer, quer na primeira, quer na segunda Reunião.

É uma honra, para mim, pertencer a este órgão enquanto Vereador sem pelouro, mas estou certamente convicto de que tudo farei para promover com elevação um discurso opositor e apoiante das propostas por todos apresentadas. A Oposição será responsável, colaborativa e atenta para que volte a ser um prazer crescer, viver e ser feliz em Mirandela.

Trago aqui três dimensões: Educação, Cultura e Saúde. Há aqui algumas questões que eu ando aí pela rua e confronto-me várias vezes com perguntas que munícipes me colocam.

Relativamente à Educação, verificando a suma das coincidências dos nossos programas eleitorais, ou seja, a prioridade é a Educação, no meu entender, uma sociedade que não aposte na Educação, não consegue alicerçar um dos seus pilares mais importantes. Atendendo ao exposto, pergunto o seguinte, Senhora Presidente: qual é a vossa estratégia para melhorar a Educação no nosso concelho?

A casa do estudante e do conhecimento é para iniciar quando? Situado onde? Horário de funcionamento? Qual é a oferta formativa que vai ter?

Vossas Excelências têm conhecimento do crescimento exponencial da indisciplina que existe no Agrupamento? Se sim, o que estarão a pensar fazer?

A matriz curricular do ensino secundário contempla os interesses de formação dos nossos mirandenses, dos nossos estudantes, dos nossos jovens? Tenho algumas dúvidas. Porquê? No Ponto 4 vamos aprovar, eu votarei a favor, a atribuição de prémios para o concurso do Postal de Natal. Está aqui um contrassenso. Primeiro, incentivamos/motivamos as crianças a serem artistas, depois chegam ao 10.º ano e não têm opção. O Agrupamento não dá opção para a parte artística, quer a nível do *design*, quer a nível da música, em várias vertentes na parte artística, quer da escultura e da pintura. Por um lado, damos um rebaçado, depois, por outro, tirámo-lo.

Há uma questão que também me preocupa bastante que é a ESPROARTE. Tenho aqui uma pergunta formulada: qual é a estratégia do Executivo para devolver dignidade, qualidade e projeção a nível nacional e internacional que esta pérola do Tua já teve? Tenho conhecimento que, atualmente, a turma do 7.º ano não está fechada. Tem 21 alunos e fecha com 28. Logo, o subsídio do POCH não é atribuído por inteiro. Se estiver a falar mal, corrijam-me, por favor.

Relativamente à Cultura, também estou preocupado com o início da atividade das associações e, como já foi aqui referido, alguns subsídios que são atribuídos a esta ou aquela associação. Estou preocupado e sempre estive preocupado com estas questões que queria ver resolvidas e queria ser conhecedor da forma como Vossas Excelências estão a pensar resolver. Quais são os critérios para a atribuição destes subsídios? Basta bem o nome? Existe uma associação e atribui-se o subsídio? Como vão supervisionar esses subsídios? Há uma equipa específica, própria, que está preocupada em perceber qual é o *feedback*, se temos algum *feedback* desse subsídio aplicado? Uma associação sem atividade terá direito ao subsídio? Não estou contra os subsídios, até porque dirijo há alguns anos uma associação, faço parte do corpo técnico dessa associação e entendo que as associações locais, se não houver a ajuda da Câmara, elas não funcionam, mas é preciso estarmos atentos. Não é esbanjar o dinheiro do erário público para qualquer associação sem atividade nenhuma. Esta é a minha posição.

O penúltimo ponto que vos queria falar é relacionado com a Saúde.

Começo por abordar um assunto relacionado com a Saúde, relativamente ao carro, tão publicitado, da saúde. Chegou no final do mandato anterior, no meu entender, e aquilo que consigo perceber, a preocupação da Câmara é apostar na prevenção, apostar no diagnóstico, foi para isso que foi criado. Coloco as seguintes questões: qual o procedimento a seguir caso se verifique num utente valores completamente descontrolados? Que resposta é que a Câmara tem para agir rapidamente? Tem algum encaminhamento imediato? Existe algum protocolo com os Centros de Saúde e os Hospitais? E os materiais, os consumíveis, que são gastos nesse carro, são adquiridos ou são doados pelo Serviço Nacional de Saúde?

Falando ainda do carro, aquilo que vou dizer não é nada pessoal, que fique aqui bem claro, mas também fui questionado pelo seguinte: Quais seriam os critérios que o Executivo teve em conta e que sustentaram a escolha do funcionário que normalmente conduz a viatura? Pergunto: a Câmara não tem motoristas credenciados capazes de conduzir uma viatura da saúde? O instrumento de mobilidade foi a requisição? Foi o destacamento? Foi a transferência? A entidade recetora, normalmente, é aquela que vai pagar o salário. Ora, estamos a gastar mais dinheiro ao erário público.

A viatura em causa é da propriedade da Câmara? Se é, tudo bem. Se não é, de quem é?

Por último, recentemente tive necessidade de registar uns prédios rústicos no dito balcão recém-criado e tive alguma paciência, porque os técnicos estavam a trabalhar e, de forma exemplar, atenderam-me, só que eu acho que é insuficiente o atendimento e deve causar algum constrangimento às pessoas idosas na identificação dos mesmos prédios. A Câmara está preocupada em solucionar este problema que poderá causar algum constrangimento neste ou naquele idoso?

Quanto ao horário, percebi que ainda não tem técnicos suficientes e quando tiverem estão a pensar alargar o horário. Porque, de facto, das 14h às 17h é pouco tempo, muito embora eu deva sublinhar, deixar aqui registado, saf daquele balcão às 19h. Ninguém me pôs na rua mais cedo. Fiz tudo o que tinha a fazer e fui atendido ao mais alto nível.

A minha intervenção termina aqui, agradecendo à Senhora Presidente ter-me deixado intervir.

----- A Senhora Presidente JÚLIA RODRIGUES disse: Agradeço as questões que foram colocadas.

Relativamente à Educação, há pouco não fiz referência, como sabem, temos um Conselho Municipal de Educação em que estão representadas várias entidades, onde se discute tudo aquilo que tem a ver com a Educação e que dá prioridade, exatamente, àquilo que são as obras e o ponto de situação das mesmas, tudo aquilo que são as orientações do Executivo relativamente à Educação.

Temos a Carta Educativa do Concelho de Mirandela, que foi recentemente revista, foi até protocolada com o Instituto Politécnico de Bragança, porque consideramos ter o conhecimento do território e ser uma entidade capaz de fazer a Carta Educativa.

Em relação àquilo que foi questionado, dizer-vos que, neste momento, a gestão do Agrupamento de Escolas de Mirandela, como disse há pouco, é da responsabilidade do Agrupamento de Escolas de Mirandela, ou seja, a Câmara Municipal não pode, de todo, interferir com questões de gestão interna. Temos representação no Conselho Geral e é através do Conselho Geral que podemos, e devemos, dirimir as nossas posições e através do Conselho Municipal de Educação, porque todas as questões relacionadas com a indisciplina de que falou, obviamente que colaboramos através do Programa de Combate ao Insucesso Escolar. Temos Psicólogas e Educadoras Sociais a acompanhar algumas crianças e a fazer programas para algumas crianças e jovens e julgo que demos um salto qualitativo relativamente ao insucesso escolar.

Temos outras entidades que estão presentes neste Conselho Municipal de Educação, desde autoridades de segurança, programas da escola segura, a PSP em Mirandela e a GNR em Torre de Dona Chama, e nos outros estabelecimentos, por isso, dizer que preocupa-nos a segurança, como é óbvio, mas não temos conhecimento de casos graves nas escolas, pelo menos até agora e desde o início do ano escolar.

Relativamente à Educação, nos últimos quatro anos, gosto de referir isto, porque é um trabalho de construção e de infraestruturas, demos um grande avanço ao nível do parque escolar de Mirandela. Tínhamos escolas com condições estruturais muito degradadas e houve um investimento grande da parte do Município, que já vinha do anterior mandato, na renovação do parque escolar.

Isto era uma realidade. Acho que eramos o concelho que pior estávamos, sob o ponto de vista das escolas e houve, na altura, financiamento. Quanto à Escola Secundária estávamos num orçamento de 50% de financiamento, conseguimos aumentar ligeiramente. Portanto, neste momento, a nível de infraestruturas, com a obra da Escola Luciano Cordeiro, temos condições para ter um parque escolar em melhores condições. Obviamente que nem tudo está feito. A nível do digital investiu-se muito nas salas de futuro, investiu-se na capacitação digital. Obviamente nunca tudo está feito.

No Conselho Municipal de Educação todas estas matérias são discutidas e são discutidas com os intervenientes daquilo que está a ser feito. Julgo até que as atas do Conselho Municipal de Educação estão disponíveis para todos aqueles que queiram consultá-las e onde estão estes problemas todos redigidos e debatidos.

Relativamente à questão das escolhas dos alunos e opção de escolha, todas as áreas estão abertas. Isto já é um problema antigo da nossa escola. Julgo que este ano abriu a área de economia, mas alguns anos não temos número de alunos suficientes para abrir as turmas. Pedimos sempre à DGeTE podermos abrir turmas com menos alunos, esta é uma situação recorrente até a nível da Associação Nacional de Municípios. Porque é que os critérios do interior do País são os mesmos que aqueles que são praticados no litoral do País quando nós temos menos alunos? Portanto, o número de alunos por turma devia ser inferior ao que é exigido em outras escolas do litoral do País onde temos mais densidade populacional.

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO SOUSA* disse: Desculpe interrompê-la, Senhora Presidente. A escola onde eu trabalho tem turmas de 16/17 alunos. É a 30 km. Sempre achei e tive alguma dificuldade em perceber...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Nós também temos.

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO SOUSA* disse: 28, 25, 26, 27, 28 alunos. Sempre tive dificuldade em perceber como uma escola consegue fazer turmas reduzidas e a nossa escola, o nosso agrupamento... Já que estou a falar do agrupamento, gostaria de dizer o seguinte. Foi um erro cometido no passado a junção dos dois agrupamentos. Isso implica anular completamente a identidade da Escola Luciano Cordeiro.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Já tentamos desdobrar os agrupamentos. Não foi autorizado.

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO SOUSA* disse: Era um facto inédito.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: A Secretária de Estado não aprovou. A ideia é juntar agrupamentos e não dividi-los.

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO SOUSA* disse: Argumentou com infraestruturas, concordo com aquilo que disse, acho que são importantes, mas mais importante é o capital humano que está numa escola.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Claro que sim.

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO SOUSA* disse: Os docentes desmotivados não conseguem desenvolver a sua prática pedagógica como deve ser e influenciam gravemente o percurso escolar dos alunos. Uma escola que perdeu a identidade, completamente, posso provar, qualquer dia posso trazer um *dossier* que prove a Escola Luciano Cordeiro antes e após a constituição do mega agrupamento. Está aqui o Senhor Vereador que conhece as atividades promovidas, quer numa escola, quer noutra e não tem nada a ver com a atualidade. Desculpe interrompê-la.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Relativamente às questões do Agrupamento de Escolas, julgo que devem e podem ser discutidas aqui, acho é que deve ser informado em Conselho Geral as discussões que são tidas aqui que vertem sobre a gestão interna da escola...

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO SOUSA* disse: Não temos outra forma de o fazer.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Porque, de todo, as instituições não podem interferir na gestão interna da escola...

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO SOUSA* disse: Não, nem pretendo fazer isso.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Porque a escola poderia vir aqui à Câmara dizer como é que vamos organizar os nossos serviços.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Nas reuniões. A Câmara representa a nossa voz nas reuniões, indo às reuniões, participando ao mais alto nível.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Sim, tudo aquilo que ficará vertido da reunião será comunicado através do Conselho Geral ao Agrupamento de Escolas de Mirandela para que eles também saibam das preocupações que são discutidas em Reunião de Executivo.

Relativamente à ESPROARTE, dizer que começamos o anterior mandato com um problema financeiro na ESPROARTE muito grave. Para além de não ter instalações dignas, porque onde estavam não tinham sequer de condições de segurança, tínhamos tido já várias auditorias que colocavam em causa a segurança da infraestrutura. Portanto, a Câmara Municipal decidiu que a ESPROARTE iria ocupar o espaço do antigo PIAGET, no sentido de terem melhores condições, em boa hora o fizemos, porque se não o tivéssemos feito nunca poderia ter uma aula em espaço Covid, porque as instalações eram tão exíguas que não era possível.

Neste momento, a ESPROARTE está financeiramente sustentável, ou seja, com capacidade para pagar salários.

Posso desde já dizer-vos que em 2017, quando entrei na Câmara a primeira coisa que me disseram era que não havia dinheiro para salários nem para subsídios de natal, eu tinha que ir fazer um empréstimo ao banco, pessoal, para pagar salários na ESPROARTE. Isso aconteceu várias vezes antes do anterior mandato. Podem-me dizer que, fruto da gestão, professores, não sei. São factos que dizem respeito a gestão anterior.

Neste momento, a ESPROARTE tem alguma dificuldade na captação de alunos, porque uma das formas como captava alunos era através de concertos que acabaram por estar impedidos nos últimos dois anos, praticamente.

A situação da ESPROARTE é estável, com necessidade de fazer obras no ex Instituto Piaget. Tem um novo Diretor e está a correr de acordo como tínhamos planeado, com as dificuldades de uma Escola Profissional, com apoios de funcionamento pelo POCH – Programa Ocupacional do Capital Humano e com verbas para assegurar vencimentos durante os próximos seis meses. Portanto, nesse aspeto estamos em boas condições.

Relativamente à Cultura, tanto a Cultura como o Desporto têm Contratos-Programa. Fruto de uma legislação, temos feito Contratos-Programa com todas as associações desportivas, culturais, recreativas, que vão no orçamento, e que são obrigadas a entregar uma série de documentos – plano de atividades, relatório de atividades, tudo o que tem a ver com os orçamentos das próprias associações.

Em relação aos apoios extraordinários, em cada apoio extraordinário poderão verificar que existe, aliás, tudo o que é a proposta tem, realmente, “mediante a apresentação de comprovativos de despesas efetuadas no âmbito da presença”, neste caso é da presença num curso de formação, temos aqui outro apoio extraordinário que é presente hoje para a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental que diz que só é pago “mediante a junção de documentação que ateste a despesa realizada”, “mediante a junção posterior de documentação”. Ou seja, tudo aquilo que é assumido enquanto proposta, mesmo em relação às Juntas de Freguesia e às organizações várias depois têm que atestar a efetividade da despesa. Em relação ao carro da saúde, à Unidade Móvel de Saúde, de facto, o procedimento que temos seguido, e já houve muitos atendimentos e muitas pessoas que foram encaminhadas para serviços de saúde, Centros de Saúde ou Hospital, dependendo da gravidade das situações, especialmente situações ligadas a diabetes altíssimos...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Isso é protocolado?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: A viatura é da Câmara Municipal, os funcionários são pagos pela Câmara Municipal e a nossa intenção, isto já em 2019, talvez inícios de 2020, era termos um protocolo com a Unidade Local de Saúde em que houvesse essa articulação direta.

Adiamos a Unidade Móvel de Saúde nas Freguesias por causa da Covid-19, não havia condições de segurança e a Unidade Local de Saúde não tinha condições de ter profissionais a acompanhar a Unidade Móvel, porque estavam todos empenhados, até estavam a contratar profissionais de saúde por causa da pandemia. Por isso, existe sempre o acompanhamento das pessoas e aquilo que estamos a fazer é encaminhar para o Médico de Família. Neste momento, existe um protocolo prévio que nunca foi assinado por indisponibilidade da Unidade Local de Saúde.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Os Bombeiros da Torre de Dona Chama, qual é o papel deles nesse processo?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Os Bombeiros da Torre de Dona Chama disponibilizaram-se para nos prestar o serviço e nós estamos a pagar aos Bombeiros da Torre de Dona Chama para fazer escalas de serviço à Unidade Móvel de Saúde.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Com Enfermeiros? Com Técnicos qualificados?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Com Enfermeiros. A nível do trabalhador do Município houve, de facto, uma mobilidade, que é possível entre organizações, uma Bolsa de Emprego Público. Abrimos, julgo eu, três vagas de assistentes administrativos, veio uma Senhora para os Recursos Humanos, veio um Senhor do Centro de Saúde e outra pessoa. Foi uma Bolsa de Emprego Público, aliás, é uma das formas mais céleres. Veio uma Arquiteta Paisagista da Câmara de Chaves para Mirandela, porque uma das coisas que achávamos era que a Cidade Jardim não tinha uma Arquiteta Paisagista. Portanto, em boa hora o fizemos.

Em relação ao EBUPi, como disse, foi o primeiro balcão a abrir, ainda não foi feita a divulgação no âmbito da CIM – Comunidade Intermunicipal, ainda está para ser feita. Houve uma reunião preparatória entre a Autoridade Tributária, as Finanças de Mirandela, os notários e o serviço da EBUPi para articular tudo aquilo que é a prestação do serviço. Obviamente que há restrições e constrangimentos em identificar os prédios, mas julgo que com alguma formação, também não é fácil encontrar técnicos para estas áreas, mas de qualquer forma vamos aumentar a equipa. O processo é um projeto nacional, financiado e é para durar durante os próximos dois anos, para fazermos 50% das matrizes.

Ainda está numa fase de implementação, já há muitos atendimentos, pelo menos já está tudo marcado até meados de dezembro. É possível que tenhamos de alterar o local onde, neste momento, estão a ser atendidos, até porque precisa de algumas obras de intervenção e aumentando a equipa é preciso mais espaço.

Acho que respondi a tudo.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Sim. Sobre a Cultura, se me permitissem, ia perguntar algo que também tínhamos discutido quando pensamos a intervenção do Vereador *Francisco Clemente*. Tínhamos pensado também na Agenda Cultural. Vimos nos meses de agosto e setembro uma agitação na cidade, um frenesim, sei que estamos no inverno, mas também há atividades que se podem fazer. Qual é a Agenda Cultural? Quando é que vamos conhecê-la? A Câmara vai continuar com o mesmo ritmo de Agenda Cultural que tinha? A cidade precisa disso, os comerciantes precisam, toda a gente precisa. Queríamos conhecer claramente qual é a Agenda Cultural, porque neste momento não tem nada a ver com o que se passou antes, digamos, do dia 26 de setembro com o que se passa agora. Queríamos saber qual é a Agenda Cultural.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Em relação à Cultura, é necessário dizer que havia um constrangimento grande, e voltamos a falar de infraestruturas, mas é quase obrigatório, em que o nosso auditório não tinha muitas condições acústicas e condições para algumas peças de teatro. Estivemos encerrados durante alguns meses, reabrimos e a nossa ideia, aliás, também vem na sequência de um trajeto que a CIM Terras de Trás-os-Montes está a fazer no âmbito das Agendas Culturais que é a integração e a das Agendas Culturais de todos os Municípios poderem ser de cariz trimestral. Neste momento estamos a programar a programação cultural do próximo ano e obviamente que vocês poderão ter acesso à programação cultural.

Estamos cientes de que se tem que apostar muito na divulgação das iniciativas e que temos de ser mais eficazes na procura do público-alvo. Isso está a ser pensado, refletido e vai ser implementado a partir de 01 de janeiro do próximo ano nos serviços culturais.

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO SOUSA* disse: Só queria colocar mais uma questão. Relativamente às condições de trabalho da Oposição, temos direito a algum gabinete aqui na Câmara? Ao que é que temos direito para nos sentirmos confortáveis a trabalhar? Temos que marcar reuniões, tem sido em minha casa ou em casa do Senhor Vereador ou em casa da Senhora Vereadora.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Eu já estive nesse lugar durante quatro anos.

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO SOUSA* disse: Então já sabe do que estou a falar.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Nunca interferi nas atas.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Sabe porquê, Senhora Presidente? Porque muitas vezes chegava atrasada e já tinham acabado. Portanto, não tinha como intervir.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Mas o Senhor não estava cá nessa altura.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Não estava, mas sei que é assim, Senhora Presidente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Por acaso, nunca acabou antes de eu chegar.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Vamo-nos focar neste mandato que é este mandato que interessa. Estamos a falar das condições.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Para a crítica é muito capaz.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Felizmente. A crítica ajuda-nos a crescer, sempre.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Agradeço essa sua reflexão. De facto, a gestão do tempo é uma virtude.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Mas em relação às condições que nós temos, ao cartão de livre trânsito...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Se me permite, e já que fez essa referência, deixe-me dizer-lhe que, isso é importante, a gestão do tempo é uma virtude. Tenho feito esse percurso, mas, de facto, nunca aconteceu a reunião ter acabado antes de eu chegar. Isso nunca aconteceu. Aliás, houve até algumas situações que, por brincadeira, a Vereadora que, na altura, estava na Câmara me dizia: “uma mulher com filhos nunca pode meter-se na política, porque não consegue fazer a articulação vida pessoal – vida pública ou política”. Isto em jeito de brincadeira que fazia sempre essa abordagem.

Em relação a...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Às condições, acesso aos locais públicos, gabinete...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Estava a falar precisamente do local da Oposição. Na altura também solicitei um local, onde pudesse e fiquei...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Foi-lhe dado um gabinete lá em cima, mas isso não interessa. Isso já passou e tem que ser neste mandato. Os intervenientes agora mudaram, como a Senhora Presidente disse no início, mudam-se os procedimentos, mudou a equipa, portanto, vamos mudar também esse.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Temos que estudar o local. Aqui estamos efetivamente com falta de espaço, neste edifício, mas encontraremos outro edifício que tenha todas as condições para vocês trabalharem.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Tem que ser em igualdade com os restantes Vereadores. Aqui não há os Vereadores de segunda nem de primeira. Portanto, tem que ser em igualdade com os restantes Vereadores. Pedimos-lhe isso que era isso que eu faria no caso de a Senhora Presidente ter ficado na Oposição e teria criado todas as condições para que exercesse o mandato com dignidade. É assim que eu vejo a Oposição.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Se quiser partilhar o meu gabinete comigo, não tem problema nenhum. Se tem de ter as mesmas condições, o meu gabinete tem as portas abertas.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Não falei que a Senhora Presidente, falei com os outros Vereadores. Até porque há coisas que necessitamos e interagir com os outros Vereadores e não vai arranjar um gabinete na Biblioteca, venho da Biblioteca aqui a pé à chuva para vir reunir ou falar com o Vereador *Orlando*, ou com o Vereador *Vítor*, ou com a Vereadora *Vera* ou consigo. Portanto, não é assim.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Tenha paciência. Nós temos que comunicar... Aliás, na última reunião julgo que o Senhor Vereador tinha referido que ia precisar de ver os processos e precisavam de consultar processos e ficou até de enviar um *e-mail*. Julgo que foi assim. Eu ainda não...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Não, porque cheguei à conclusão que não preciso de enviar *e-mail*, posso ir pedi-los e consultá-los, como Vereador.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Pode. Só tem é que articular com os serviços.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Sim, há coisas que eu não preciso de pedir. Preciso de comunicar. Já estive a estudar a lei e vou fazer um requerimento sobre aquilo que nós... Já estive a estudar a legislação e é isso que vamos fazer.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Senhor Vereador, a Câmara tem as portas todas abertas.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: É isso mesmo.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Qualquer cidadão, dentro das regras do Regulamento Geral de Proteção de Dados e das contingências de atendimento, tem o direito de consultar processos.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Claro, obviamente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Agora, há uma coisa que tenho de lhe dizer. É organizar, lá está, para gerir o tempo das divisões e dos serviços para que não haja interrupções ao trabalho diário dos próprios serviços. Portanto, sempre que isso é solicitado, é dada a oportunidade.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Disso já estou informado. É uma questão de comunicar.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Regimento.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Para não acontecer o que aconteceu na Reunião passada, informamos que em todas as Reuniões vamos intervir em todos os pontos da Ordem do Dia.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Ordem do Dia

01 – Órgãos da Autarquia (OA).

01/01 – Atividade do Posto de Comando Operacional – COVID-19.

----- Foi presente uma Informação subscrita pela Coordenadora Municipal de Proteção Civil *Maria Gouveia* em 15/11/2021, com o seguinte teor:

“POSTO DE COMANDO OPERACIONAL DE MIRANDELA**RELATÓRIO DE ATIVIDADE****01 a 12 de novembro de 2021**

Em conformidade com a evolução epidemiológica da doença COVID-19 no concelho de Mirandela, têm vindo a ser adotadas diversas medidas cuja efetivação tem como objetivo a contenção e a mitigação da propagação do vírus SARS-CoV-2. Nesse sentido, desde o dia 16 de março, que o Posto de Comando Operacional de Mirandela tem estado ativo, sito no Pavilhão B da Reginorde, tendo, no dia 8 de junho, sido transferido para o Edifício da Cadeia Velha.

Entre os dias **01 e 12 de novembro de 2021**, as atividades realizadas no Posto de Comando Operacional compreendem:

ATIVIDADE	DIAS	OBSERVAÇÕES
Reunião do Centro de Coordenação Operacional Municipal	03/11	- Evolução da situação epidemiológica no Concelho - Atividade no Posto de Comando Operacional de Mirandela
Promoção da realização de testes antigénio COVID-19	01 a 12/11	02/11: - 103 Colaboradores do Município - 03 ATL Lápis & Papel - 04 ATL Sala de Estudo - 02 ATL Caderno Diário - 02 ATL Magia do Saber 05/11: - 01 Colaborador do Município 11/11: - 10 Agentes da PSP 12/11: - 17 Atletas da Associação Desportiva de São Pedro Vale do Conde - 09 Atletas do Grupo Desportivo do Cachão 13/11: - 54 Atletas da Associação Desportiva de São Pedro Vale do Conde
Apoio à realização da Feira de Mirandela (Reginorde)	04/11 11/11	- Sensibilização e informação para a utilização correta e higienização das mãos - Desinfecção das mãos - Utilização de contador manual para contagem de entrada e saída de pessoas - Difusão de mensagem por via sonora, com recurso a carrinha
Difusão de mensagem por via sonora, com recurso a carrinha	04/11 11/11	- Locais para difusão de mensagem por via sonora: - Feira de Mirandela (Reginorde) - Mercado Municipal - Cidade de Mirandela
Cumprimento do Plano de Desinfecção	01 a 12/10	Inserido no Plano Municipal de Contingência para o Novo Coronavírus
Apoio à Unidade Local de Saúde do Nordeste: - Centro de Saúde I - Centro de Saúde II	01 a 12/11	- Disponibilização de meios humanos (1 colaborador) para apoio logístico no Centro de Rastreio COVID-19 - Contacto com presidentes de junta de freguesia para identificação de pessoas com contactos esporádicos nos Centros de Saúde - Transportes para vacinação: - Transporte de cento e catorze pessoas (Valongo da Meadas, Vale de Prados, Torre de Dona Chama, Vilares da Torre, Frechas, São Salvador, Lamas de Orelhão, São Salvador, Vale de Asnes, São Pedro Velho,

		<p>Vale de Maior, Milhais, Mascarenhas, Cedães, Mosteiró, Eixes, Abreiro, Frechas, Regodeiro, Múrias, Navalho, Guide, Fradizela, Cabanelas, Vale da Sancha, Mirandela, Longra, Caravelas e Cedafinhos) para vacinação COVID-19, pela Câmara Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> - Transporte de trinta e uma pessoas (Abreiro, Mirandela, Vila Boa, Alvites, Vale de Couço, Vale de Martinho, Franco, Passos, Caravelas e Vale da Sancha) para vacinação COVID-19, pelos Bombeiros Voluntários de Mirandela - Transporte de quarenta e oito pessoas (Fradizela, Torre de Dona Chama, Ribeirinha, São Pedro Velho, Ervideira, Quintas, Bouça, Cruzamento da Bouça e Ferradosa) para vacinação COVID-19, pelos Bombeiros Voluntários de Torre de Dona Chama <p>- Transportes para teste à COVID-19:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Transporte de duas pessoas para realização de teste à COVID-19 no Centro de Rastreio (Reginorde), pela Câmara Municipal de Mirandela
Envio de informação relacionada com o êxodo COVID-19	---	- Registo e envio de informação para a PSP, GNR e ULSNE
Contactos com diversas individualidades / entidades	---	<ul style="list-style-type: none"> - Unidade de Saúde Pública - PSP - GNR - Bombeiros - Presidentes de Junta de Freguesia - Colaboradores do Município
Distribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI)	---	- Colaboradores do Município
Gestão de email disponibilizado para apoio aos Municípios		
Identificação e colmatação de necessidades por edifício municipal e consequente implementação de medidas preventivas de propagação da doença COVID-19: colocação de dispensadores de álcool gel, fornecimento de máscaras para o atendimento ao público		
Distribuição e registo de Equipamentos de Proteção Individual a Chefes de Divisão e Encarregados, tais como, garrações de 5 litros de álcool gel, luvas de nitrilo, dispensadores de parede, dispensadores automáticos, máscaras cirúrgicas, entre outros		
Distribuição de 2 Kit de Emergência Alimentar e de Higiene		

Entre os dias **01 e 12 de novembro de 2021**, as equipas que exerceram funções no Posto de Comando Operacional foram as seguintes:

SEMANA	CÉLULA DE PLANEAMENTO	CÉLULA DE LOGÍSTICA	CÉLULA OPERACIONAL
01 a 05/11	<i>Maria Manuel Gouveia</i>	<p><i>Ana Rita Videira</i> <i>Betina Teixeira</i> <i>Francisco Vieira</i> <i>Manuela Teixeira</i> <i>Matilde Machado</i> <i>Valéria Calé</i> <i>Vanessa Morais</i></p>	<p><u>Motoristas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Carlos Silva - José Castanheira <p><u>Apoio geral:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - António Sequeira - Armando Cepeda - Cidália Pinto - Florbela Pires - Lurdes Pinto - Manuel Vilarinho - Sérgio Ruivo

08 a 12/11	<i>Maria Manuel Gouveia</i>	<i>Ana Rita Videira Betina Teixeira Francisco Vieira Manuela Teixeira Matilde Machado Valéria Calé Vanessa Morais</i>	<u>Motoristas:</u> - Amadeu Borges - Carlos Silva - José Castanheira <u>Apoio geral:</u> - António Sequeira - Armando Cepeda - Cidália Pinto - Florbela Pires - Lurdes Pinto - Manuel Vilarinho - Sérgio Ruivo
------------	-----------------------------	---	---

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

01/02 – Informação Financeira.

----- Informar-se o Executivo Municipal da seguinte Informação Financeira com data de reporte de:

- 01 de janeiro a 31 de outubro de 2021:

Descrição	Valores em €
1.º Saldo Transitado de 2020	253.737,04 €
2.º Receita Cobrada	26.177.291,72 €
3.º Despesa Paga	25.956.857,04 €
4.º Saldo de Tesouraria	220.434,67 €
5.º Dívida a Instituições Bancárias	5.882.259,84 €
6.º Dívida a Fornecedores, Empreiteiros e outras Entidades	4.652.007,39 €

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02 – Conhecimento de Despachos.

02/01 – DOMU – Serviço de Licenciamento de Obras Particulares.

----- Foram presentes as seguintes informações subscritas em 11 de novembro, pelo Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires* que a seguir se transcrevem:

“INFORMAÇÃO N.º 20/2021

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 18 de outubro de 2021 e perante as competências em mim delegadas e subdelegadas por Despacho da Presidente da Câmara Municipal de 18 de outubro de 2021, cumpre informar o Executivo Municipal das decisões tomadas durante o período compreendido entre 27 de outubro e 11 de novembro de 2021.

Autorizações de Utilização Deferidas

60/21 – Eduardo A. Gonçalves, Lda. – posto de combustíveis líquidos para consumo público – Rua Eng.º Machado Vaz n.º 2411/EN – Mirandela;

70/21 – Pedro André Cabanas – Habitação – Rua das Laranjeiras, n.º 11 – Fradizela;

71/21 – Filipe José Batista Carvalho – Habitação – Retiro da Princesa do Tua lote 35 – Mirandela.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 23/2021

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 18 de outubro de 2021 e perante as competências em mim delegadas e subdelegadas por Despacho da Presidente da Câmara Municipal de 18 de outubro de 2021, cumpre informar o Executivo Municipal das decisões tomadas durante o período compreendido entre 27 de outubro e 11 de novembro de 2021.

Licenciamentos Deferidos

55/19 – Maria Isabel Figueiredo – Construção de um edifício para habitação e comércio – Rua da Tarana – Mirandela;

24/20 – Fernando António Araújo – Construção de um armazém agrícola – Vale Morganho Contins;

49/21 – C. Castelões Construções Unipessoal, Lda. – Construção de uma habitação – Rua D. Maria II, lote 65 – Mirandela.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02/02 – DAG – Subunidade Orgânica Contratação Pública.

----- Para conhecimento dos Senhores Vereadores, foi presente o Mapa das Empreitadas, atualizado em 15 de novembro, que se dá por reproduzido.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02/03 – OA – VII Alteração Permutativa ao Orçamento.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* autorizou por Despacho a mencionada VII Alteração Orçamental Permutativa – VI Alteração ao Orçamento da Despesa, V Alteração ao PPI e VI Alteração ao PAM, nos valores indicados no documento, que se dá por reproduzido.

----- Vem acompanhada de Enquadramento Legal e Considerandos, com o seguinte teor:

“I - Enquadramento Legal

As alterações orçamentais encontram-se regulamentadas na Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e no ponto 8.3.1 (não revogado) do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

No que respeita aos novos conceitos de alteração orçamental modificativa (aproximado do anterior conceito de revisão) e alteração orçamental permutativa (anterior conceito de alteração) introduzidos pela NCP 26 do SNC-AP, estes devem ser harmonizados, respetivamente, com os conceitos de revisão e alteração orçamentais, previstos no ponto 8.3.1 do POCAL.

Sempre que sejam efetuadas alterações orçamentais ao orçamento em vigor (entenda-se permutativas ou modificativas), é obrigatório articular a NCP 26 do SNC-AP com o ponto 8.3.1 do POCAL.

II - Considerandos

A sétima alteração orçamental permutativa tem por objetivo proceder a acerto de dotação no âmbito da despesa corrente, nomeadamente nas rubricas da despesa corrente com o pessoal, aquisição de bens e serviços. No PAM foram reforçadas rubricas insuficientemente dotadas como Transferências Correntes para a AMTQT, Plano de Emergência Covid 19, Ação Social e Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos.

Foram ainda feitos acertos no âmbito do PPI, com base em alterações aos cronogramas e previsão de execução das respetivas obras.

Constatou-se ainda que face às solicitações diárias das diferentes divisões e necessidades identificadas pelos serviços que existiam rubricas insuficientemente dotadas, para dar início a procedimentos de contratação pública e que foram agora reforçadas.

Foi ainda efetuado alterações no PPI para anos futuras, face à necessidade de reforço de dotação para 2022 empreitada da Construção de ETAR de Rego de Vide, e no ano de 2023 da empreitada da Reabilitação Integral de Edifícios de Habitação Social - Bairro Operário.

A fim de garantir a regra do equilíbrio orçamental e manter o valor global do orçamento de 2021 e 2022 foram efetuados diminuições em rubricas do orçamento da despesa, PAM e PPI, em 2021 e em rubricas do PPI e orçamento da despesa em 2022 mencionadas nos mapas da Modificação Orçamental Permutativa, em anexo.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02/04 – OA – Consulta de Empréstimo a Curto Prazo de/até ao montante de 1.000.000 €.

----- Foi presente um Despacho subscrito pela Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* em 05/11/2021, com o seguinte teor:

“DESPACHO

Assunto: Consulta de Empréstimo a Curto Prazo de/até ao montante de 1.000.000 €.

Em conformidade com o disposto na alínea f) do n.º 1 do art.º 25, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, autorizar a contratação de empréstimos. Nos termos do n.º 2 do art.º 50.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a aprovação pela Assembleia Municipal, de empréstimos a curto prazo pode ser deliberada, na sessão anual de aprovação do orçamento, sem prejuízo do previsto no n.º 5 do art.º 49º da mesma lei, que obriga, a que o pedido de autorização à Assembleia Municipal seja acompanhado de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como, ao mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município.

Nos termos do n.º 1 do art.º 50.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro os empréstimos a curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contraídos.

No sentido de ocorrer a contingentes dificuldades de tesouraria que possam ocorrer durante o exercício económico de 2022, e considerando o crédito a curto prazo como uma medida de gestão, para a resolução de eventuais problemas de liquidez financeira, determino que se convidem as entidades sediadas em Mirandela a apresentar proposta para um empréstimo de curto prazo no montante de/até 1.000.000 € (um milhão de euros), que de acordo com o n.º 4, alínea e) do art.º 5º do Código de Contratação Pública se encontra excluída da sua aplicação.

1 – Condições:

- a) Montante – Até 1.000.000 € (um milhão de euros) em regime de conta corrente;
- b) Finalidade – Eventuais dificuldades de tesouraria durante o exercício económico de 2022;
- c) Data da Contratualização – A definir mediante necessidades de tesouraria;
- d) Plano de Reembolso: Liquidação até 31 de dezembro de 2022, com pagamento trimestral de juros;
- e) Taxa de juro: Indexada à média de Euribor a seis meses/360 dias, em vigor no mês anterior ao início de cada período de referência;
- f) Deverá ser indicado obrigatoriamente o tipo de arredondamento e o spread;
- g) Não será cobrada qualquer tipo de comissão ou encargos, nomeadamente de gestão, organização, montagem da operação, liquidação antecipada ou pela não utilização do empréstimo.
- h) Em caso de empate entre uma ou mais propostas apresentadas, o desempate é feito por sorteio realizado na sessão pública de abertura de propostas pela comissão nomeada para o efeito, sendo ordenada primeiramente a proposta sorteada.

2 – Entidades a consultar:

- BPI - Banco Português de Investimento;
- Banco BIC;
- Banco Santander Totta;
- Caixa de Crédito Agrícola;
- Caixa Geral de Depósito;
- Millennium BCP;
- Montepio Geral;
- Novo Banco.

3 – Entrega das Propostas:

As propostas deverão ser rececionadas na Subunidade de Expediente, Património e Arquivo, sita na Praça 5 de Outubro, Edifício dos Magistrados 5370-284 Mirandela, em envelope opaco fechado (com indicação no exterior da operação em causa), até às 12.30 horas do dia 19 de novembro de 2021, sendo as mesmas abertas em Ato Público, na Sala de Reuniões dos Paços do Concelho de Mirandela, no dia 23 de novembro de 2021, às 10.00 horas, apenas podendo intervir no Ato Público de abertura das propostas os representantes dos concorrentes que para o efeito estiverem devidamente credenciados.

4 – Comissão de Abertura e Análise das Propostas:

Presidente – *Elisabete Silva* (Chefe de Divisão de Administração Geral);

1.º Vogal – *Rui Vilaverde* (Técnico Superior);

2.º Vogal – *Ana Sá* (Técnica Superior);

1.º Vogal Suplente – *Esmeralda Pinto* (Técnica Superior);

2.º Vogal Suplente – *Maria Angelina Pires* (Coordenadora Técnica).”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

03/OA – Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário Aero Clube de Mirandela.

----- Foi presente uma Proposta subscrita pela Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* em 15/11/2021, com o seguinte teor:

“PROPOSTA

Assunto: Atribuição de subsídio extraordinário Aero Clube de Mirandela.

Nos termos de solicitação que se anexa, em nome do Aero Clube de Mirandela, associação desportiva sem fins lucrativos, com sede na Estrada Nacional n.º 15, Aeródromo Municipal de Mirandela, NIPC 505259648, que requer a atribuição de um subsídio, no valor de 500 € (quinhentos euros) por participante, num total de dois inscritos, para pagamento de um curso ministrado pela Autoridade Nacional de Segurança da Aviação Civil (ANAC), que ocorrerá entre os dias 10 a 12 de novembro de 2021, nas instalações da ANAC, com o tema “Curso de Segurança para Diretores de Aeródromo/Heliporto”, que tem por objetivo difundir junto dos Diretores de Aeródromos todos os conhecimentos necessários ao cumprimento dos requisitos de segurança (Security) aplicáveis nos aeródromos nacionais, em particular, após a publicação do Decreto-lei nº

142/2019, de 19 de setembro, que aprova o Programa Nacional e Segurança da Aviação Civil, bem como para pagamento dos custos de alojamento e alimentação. Solicitando assim o montante total de 1000,00 € (mil euros).

Considerando que a situação relatada diz respeito a um pedido com vista a um apoio no quadro da promoção e salvaguarda de um interesse para o Município no âmbito da atividade associativa que no presente necessita de formação para novos conhecimentos e atualizações, com vista ao bom funcionamento do aeródromo municipal, tendo este pedido, um caráter de exceção e que o mesmo se mostra essencial para a atividade da associação. Propõe-se que a Câmara Municipal de Mirandela delibere a atribuir o subsídio solicitado, no montante de 1000,00 € (mil euros), para a frequência de duas pessoas no Curso de Segurança para Diretores de Aeródromo/Heliporto, por parte do Aero Clube de Mirandela. Deverá a associação apresentar comprovativos das despesas efetuadas com vista à fiscalização da verba a atribuir.

Face ao exposto, nos termos do disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, propõe-se a Câmara Municipal de Mirandela delibere atribuir um subsídio extraordinário de 1000,00 € (mil euros), ao Aero Clube de Mirandela, mediante a apresentação de comprovativos das despesas efetuadas no âmbito da presença no curso da ANAC.

Deverá a despesa ser devidamente cabimentada e orçamentada.”

----- Vem acompanhado de pedido subscrito pelo Aero Clube de Mirandela, que se dá por reproduzido.

----- Processo despesa n.º 2472 de 15/11/2021.

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO SOUSA* disse: Relativamente a este ponto, o Aero Clube de Mirandela pediu 1.500,00 € para formação de três formandos e o Executivo entende que vai só financiar a formação de dois e excluir o terceiro.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não. Passo a explicar. O Aero Clube de Mirandela, como sabem, funciona nas instalações do Aeródromo Municipal de Mirandela e foi nomeado como Diretor, porque já tinha um curso de formação, um membro do Aero Clube. É o Diretor, neste momento, do Aeródromo Municipal de Mirandela. Eles solicitaram, de facto, três inscrições na ANAC para formação. Dois deles não podiam ir e então foi um técnico da Câmara fazer o curso da ANAC, que foi a pessoa que estava antes com o Aeródromo Municipal também. Portanto, nem vai ser 1.000,00 €, vai ser menos com o comprovativo das despesas efetuadas. Um deles é funcionário da Câmara, portanto, só foi um representante do Aero Clube para a formação da ANAC. O comprovativo das despesas não é referente a dois nem a três, é referente a um somente.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Em complemento a isso também queria acrescentar o seguinte. Nas visitas regulares que faço às instituições foi-me notada alguma preocupação e aqui tem a ver com a presença dos Canadair de combate aos incêndios que costumam estar lá estacionados na época de incêndios. Aquelas pessoas estão ali nos contentores, estão ali os pilotos, passam a tarde toda em condições más. Dada a centralidade do concelho de Mirandela, pergunto: porque não são feitas ali estruturas que permitam fixar aqueles Canadair cá, terem a sua base e não, ao que parece, segundo preocupações que são demonstradas, estarem na iminência de ir para Vila Real e muitas vezes vêm abastecer até à Barragem do Azibo. Porque é que a Câmara não explora essa oportunidade, não faz esse estudo, não tenta fixar cá a base desses Canadair ou de uma estrutura de combate aos incêndios?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: O Centro de Meios Aéreos estava em Vila Real há muitos anos. Veio para Mirandela, porque a pista de Vila Real teve um problema relacionado com as condições da infraestrutura. Aquilo que a Câmara já investiu que foi a plataforma para eles poderem estacionar e onde eles têm o posto de combustível, já investiu mais de 50 mil euros nessa plataforma.

O que foi solicitado à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil foi a permanência deles durante um período longo para realizar o investimento que a Câmara Municipal ao construir o centro de meios aéreos, instalações definitivas para o centro de meios aéreos, teríamos que ter um contrato assinado em que eles ficariam cá nos próximos 10 anos, pelo menos, para que não haja alterações. A Câmara Municipal de Mirandela investe em infraestruturas e eles acabam por sair, porque muitas vezes as decisões não têm só a ver com a importância estratégica e a deslocação da proximidade, da centralidade de Mirandela, tem a ver com questões dos programas de combate a incêndios, da proximidade, da própria região.

Temos todo o interesse e demos sempre tudo aquilo que o Centro de Meios Aéreos e Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil requeria. O aeródromo de Vila Real é um aeródromo de classe 1, o nosso é de classe 2, temos que fazer o prolongamento da pista para melhorarmos as condições do aeródromo, mas aquilo que posso dizer é que o investimento está dependente da garantia da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil estacionar cá o centro de meios aéreos, pelo menos, por um período mínimo que consideramos ajustado àquilo que é o investimento, porque já foram feitos investimentos. No primeiro ano fomos nós que montamos as instalações, no segundo ano já foi a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e como os orçamentos não se multiplicam tem que haver uma gestão rigorosa daquilo que é o investimento do Município nas infraestruturas definitivas.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Em relação à prioridade dos orçamentos, isso é discutível, porque há algumas coisas que em vez de se gastar tanto dinheiro em ciclovias, valia mais gastar nesse tipo de investimentos. São opções que se fazem, porque ainda nas Reuniões anteriores havia 2 milhões para ciclovias e uma delas para destruir a Linha do Comboio que é um património histórico.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não é uma ciclovia, Senhor Vereador.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: É uma ciclovia e ecovias, ecovia de Vila Nova até à Rotunda das Bandeiras.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Senhor Vereador, há compromissos que a Câmara tem que estão incluídos em Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano, esse até já veio da génese do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Isso já era do anterior Executivo, não são novidade.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não percebi.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Já eram do anterior Executivo esses projetos, certo?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: O planeamento da ecopista sim, aliás, o planeamento que foi feito foi em consonância com o Município de Mirandela, o Município de Macedo de Cavaleiros e o Município de Bragança que era a ecopista entre Mirandela e Bragança. Ou seja, houve uma candidatura financiada. A ecopista de Mirandela entre Mirandela e o limite do concelho só ficou atrasada por causa de um contrato que havia de uma estação ferroviária entre a CP e o Centro Paroquial. Isso atrasou a contratação pública dessa ecopista. Agora, há determinadas situações que o Município de Mirandela tem compromissos, quer com instituições que são financiadoras desses elementos como, por exemplo, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano em que já contempla essas situações das ciclovias. Umas já foram executadas, outras ainda não.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Compramos os compromissos para pôr o comboio a circular, é mais interessante do que estar destruir linhas para construir ciclovias.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Parte dos troços já não existem.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Não interessa. Há sempre a possibilidade de se fazer o que se fez em Espanha e o que se fez em outros Países com muito sucesso da recuperação para o Turismo. Não construam ciclovias na linha do caminho de ferro. É um atentado ao património, é perigoso. Ciclovias, ecovias, seja o que for, não destruam esse património, porque há outras possibilidades de o recuperar.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Há mais de 20 anos que está destruída.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Há alguns Municípios que construíram ciclovias e agora estão a desfazê-las para pôr o comboio a circular e levar às pessoas o Turismo. Vender uma semana de férias em Mirandela é mais interessante.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Se me permitir, deixe-me dizer-lhe, com todo o respeito por essa visão das coisas, sou sempre apologista de ferrovia. Sou altamente defensora da ferrovia. Uma ligação ferroviária. Agora, sob o ponto de vista técnico, dizer-se que esta linha ainda é uma linha, Senhor Vereador, infelizmente, já não é uma linha. É um percurso estragado, danificado...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Tem potencial para ter um percurso.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: ... desde que, infelizmente, encerraram a linha à ferrovia. Que já não é uma linha, não. Já não existe linha, existe um caminho degradado em que deve ter melhores condições.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Existem pontes, muitas obras arquitetónicas.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Hoje em dia o percurso da ferrovia que poderá ser perspetivado já não tem em conta aquilo que existe neste momento e tem de haver alternativas.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Há várias alternativas em vários Municípios.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o subsídio extraordinário de 1.000,00 € (mil euros), ao Aero Clube de Mirandela, mediante a apresentação de comprovativos das despesas efetuadas no âmbito da presença no curso da ANAC, conforme proposto.

04/OA – Proposta de Atribuição de Prémios – Concurso «Postal de Natal».

----- Foi presente uma Proposta subscrita pela Senhora Vereadora *VERA PRETO* em 05/11/2021, com o seguinte teor:

“PROPOSTA

Assunto: Atribuição de prémios – Concurso «Postal de Natal».

Considerando a existência de um Concurso intitulado «Postal de Natal», promovido pelo Município de Mirandela, conforme as normas em anexo à presente proposta, que tem como destinatários todos os alunos das escolas públicas e privadas do Concelho de Mirandela, do ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo e que visa essencialmente estimular a criatividade e a imaginação dos participantes, através da promoção de uma atividade recreativa e de expressão plástica;

Com vista a premiar e a incentivar os destinatários do presente concurso a participarem no mesmo, deverá a Câmara Municipal de Mirandela, deliberar que o vencedor do concurso «Postal de Natal», terá direito a um vale de 75,00 € (setenta e cinco euros), assim como a escola que frequenta o aluno vencedor terá direito a um vale no valor de 50,00 € (cinquenta euros), ambos para aquisição de material escolar, e ainda a atribuição de um diploma a todas as escolas e participantes.

Nestes termos, propõe-se nos termos do disposto na alínea *u*) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, que seja deliberado pela Câmara Municipal de Mirandela, aprovar o valor total de 125,00 € (cento e vinte e cinco euros) para aquisição de material escolar, bem como a atribuição de um diploma a todas as escolas e participantes, no âmbito do Concurso «Postal de Natal».”

----- Vem acompanhado de diversa documentação, que se dá por reproduzida.

----- Processo despesa n.º 2417 de 09/11/2021.

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO SOUSA* disse: Senhora Presidente, neste ponto agradecia que ficasse em ata a intervenção que eu fiz no início da Reunião também e repito, por um lado estamos a motivar as crianças e a estimular o gosto pela parte artística, por outro lado, chegamos ao 10.º ano e não conseguimos oferecer Arte e Design, Música, toda a parte artística que diz respeito à Escultura, à Pintura. A matriz curricular não contempla estas áreas, com muita pena minha. Eu sou da área das artes...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: O problema é que contempla.

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO SOUSA* disse: Não contempla.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não tem é número de alunos suficientes para abrir as turmas.

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO SOUSA* disse: Posso-vos mencionar alguns alunos que têm que se deslocar para Vila Real.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Qual é que é a solução Senhor Vereador?

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO SOUSA* disse: Não pretendo, até porque não é responsabilidade da minha parte, imiscuir-me na gestão do Agrupamento, tanto a nível administrativo como pedagógico, mas queria que levassem esta informação, quer ao Conselho Geral, quer ao Conselho Municipal de Educação. Acho que é legítimo da minha parte fazê-lo. Está lançado o desafio.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Vai ser dado conhecimento através dos serviços.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o valor total de 125,00 € (cento e vinte e cinco euros) para aquisição de material escolar, bem como a atribuição de um diploma a todas as escolas e participantes, no âmbito do Concurso «Postal de Natal», conforme proposto.

05/OA – Proposta de Atribuição de subsídio, Associação Nacional de Caprinicultores da Raça Serrana.

----- Foi presente uma Proposta subscrita pelo Senhor Vereador *VÍTOR CORREIA* em 15/11/2021, com o seguinte teor:

“PROPOSTA

Assunto: Atribuição de subsídio, Associação Nacional de Caprinicultores da Raça Serrana.

Considerando o pedido em anexo, subscrito pela Associação Nacional de Caprinicultores da Raça Serrana (ANCRAS), NIPC 502637641, entidade sem fins lucrativos, cujo objetivo principal é o de promover e dinamizar a criação de gado caprino Serrano, que solicita a atribuição de um subsídio no valor de 5.000,00 € (cinco mil euros), com vista à realização do já conhecido Concurso Nacional da Cabra Serrana (Concurso XXX).

Considerando a importância do certame a realizar, para o desenvolvimento e promoção do gado caprino serrano, e sabendo-se que a ANCRAS é a entidade gestora do Livro Genealógico da Raça Caprina Serrana a nível nacional que para além das suas inúmeras áreas de atuação, promove vários eventos de dinamização da raça em feiras, concursos e leilões de reprodutores anuais com vista à referida divulgação e fomento daquela raça. E que é atribuição do Município de Mirandela a prossecução e salvaguarda dos interesses das populações no domínio da promoção do desenvolvimento e que pode este apoiar entidades com vista à realização de eventos de interesse para o Município e atividades recreativas.

Propõe-se que a Câmara Municipal de Mirandela delibere a atribuir uma verba de 4.000 € (quatro mil euros), para a realização do XXX Concurso Nacional da Cabra Serrana.

Deverá a ANCRAS juntar posteriormente toda documentação relativa ao resultado do referido Concurso, com vista à fiscalização do subsídio a atribuir.

Face ao exposto, nos termos do disposto nas alíneas *o*, *t*) e *u*) do n.º 1 do art.º 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, propõe-se a Câmara Municipal de Mirandela delibere atribuir o subsídio de 4.000 € (quatro mil euros), à Associação Nacional de Caprinicultores da Raça Serrana (ANCRAS), mediante a junção posterior de todos os comprovativos respeitantes ao Concurso a realizar.

Deverá a despesa ser devidamente cabimentada e orçamentada.”

----- Vem acompanhado de pedido subscrito pela Associação Nacional de Caprinicultores da Raça Serrana, que se dá por reproduzido.

----- Processo despesa n.º 2473 de 15/11/2021.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Pergunto qual é o objetivo, nem estou sequer a questionar o montante, de atribuir um subsídio a uma associação que eu penso que não tem propriamente dificuldades financeiras? Se não tem dificuldades financeiras, porquê estar a mendigar à Câmara a atribuição de um subsídio?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Foi solicitado pela Associação Nacional de Caprinicultores da Raça Serrana, que é uma associação nacional que tem sede em Mirandela, aliás, é uma associação que desenvolve um trabalho muito meritório no âmbito do desenvolvimento e é a entidade gestora da raça caprina serrana a nível nacional e, salvo erro, todos os anos fazem um concurso da raça serrana.

O apoio que é pedido à Câmara Municipal é para custear o evento do concurso nacional da raça serrana. Tudo aquilo que diz respeito a este pedido de apoio foi de acordo com aquilo que eles vão promover a nível do concurso e é nessa perspetiva que a Câmara Municipal vai apoiar aqui, no concelho de Mirandela, este evento.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Conhece a posição financeira? Se ela precisa, se não precisa?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Quando há um pedido de apoio de uma associação, a Câmara Municipal...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Basta o nome? Então afinal basta o nome da associação. Afinal a questão que o meu colega colocou há pouco...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Tem a ver com o objetivo e com o propósito do concurso nacional. Só e somente.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: E com essa subjetividade?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Consideramos sempre, Senhor Vereador, que são atividades desportivas, culturais, de património que podem ser desenvolvidas e que a Câmara deve acarinhar e apoiar. O Senhor Vereador tem a opção de votar contra a atribuição do subsídio. Nós trazemos uma proposta de atribuição com determinado valor através de um pedido que foi feito pela Associação Nacional e o Senhor Vereador terá a oportunidade de, em relação à votação, ter três decisões: ou vota contra, ou vota a favor ou se abstém.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Eu sei os meus direitos Senhora Presidente. Em relação a isto, não há um critério para a atribuição destes subsídios? Não há o retorno? Pede e em função, não sei se é dos seus dirigentes, se tem os “olhos mais bonitos”... Qual é a lógica de atribuição? Por exemplo, atribui um subsídio a esta entidade que tem lucros, que tem uma posição financeira equilibrada e à tal loja que dá apoio às pessoas necessitadas de Mirandela, que nos mandaram um *e-mail*, não se dá nada. Qual é a lógica? Porque é que essa instituição de caridade, que ajuda as pessoas, foi-lhe negado um apoio e porque é que aqui estamos a dar este apoio, seja para o que for, a uma entidade que tem uma posição financeira favorável.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não sei o que está a querer dizer. Esta associação já teve vários presidentes com várias...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Eu sei qual é esta associação. Acalmem-se, não fique nervosa Senhora Presidente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Esta associação já teve vários presidentes com várias cores de olhos e as Câmaras Municipais nas suas áreas de competências de apoiar eventos, nomeadamente no âmbito da produção pecuária, não depende da presidência, depende do objetivo do evento e, por isso, há uma proposta que o Senhor Vereador pode não concordar e vota como entender. Aquilo que está a querer referir, sob o ponto de vista do debate político, não tem nenhum cabimento. Se o Senhor Vereador for ver as atas, faz 30 anos do concurso e já foi realizado em vários concelhos e com gosto acolhemo-los aqui em Mirandela, como acolhemos todas as associações que querem ter sede em Mirandela e acolhemos o concurso nacional. Agora, o Senhor Vereador fará aquilo que entender.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Senhora Presidente, peço desculpa a expressão que vou utilizar, mas “enfiei a carapuça”. Ninguém falou em nada do que a Senhora Presidente está a falar. Só “enfia a carapuça” quem quer. Na sua mente está isso, na minha mente não está.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Isso nem tem resposta.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Eu voto contra.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PS e três votos contra dos membros do PSD, aprovar o subsídio de 4.000,00 € (quatro mil euros), à Associação Nacional de Caprinicultores da Raça Serrana (ANCRAS), mediante a junção posterior de todos os comprovativos respeitantes ao Concurso a realizar, conforme proposto.

06/OA – Programa de Apoio à Esterilização de Animais de Companhia – Acréscimo Orçamental.

----- Foi presente uma Informação subscrita pelo Serviço de Veterinária em 15/11/2021, com o seguinte teor:

“**Assunto:** Programa de apoio à esterilização de animais de companhia – acréscimo orçamental.

Considerando:

A Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto aprova medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais e estabelece a proibição do abate de animais errantes como forma de controlo da população, privilegiando a esterilização;

A crescente consciencialização e sensibilização da sociedade portuguesa para a problemática dos animais errantes e vadios, bem como para as condições de detenção e promoção do bem-estar e cuidados médico-veterinários e, ainda, a criminalização dos maus-tratos e do abandono de animais de companhia, concretizadas com significativa produção legislativa, nomeadamente a lei n.º 8/2017, de 03 de março, que estabelece o estatuto jurídico dos animais, reconhecendo a sua natureza de seres vivos dotados de sensibilidade e objeto de proteção jurídica em virtude da sua natureza;

A proficiência da Câmara Municipal, atuando dentro das suas atribuições nos domínios da defesa da saúde pública e do meio ambiente, para proceder à captura de cães e gatos vadios ou errantes, encontrados na via pública ou em qualquer lugares públicos, no âmbito das competências que lhe são conferidas nos termos da alínea ii) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

A população e reprodução, descontroladas, de canídeos e felídeos só são passíveis de controlo com promoção de esterilização maciça de animais errantes e detidos;

Os custos associados à esterilização cirúrgica comprometem, por vezes, a sua realização por carências económicas do agregado familiar;

A Medicina Veterinária Social apresenta-se, nestes casos, como uma necessária resposta para dar cumprimento ao artigo 22.º do Decreto-lei n.º 276/2001, de 17 de outubro;

Os municípios devem incentivar e promover o controlo da reprodução de animais de companhia em resultado do artigo 21.º do Decreto-Lei 276/2001 de 17 de outubro.

Uma vez que no Município de Mirandela houve uma enorme adesão à esterilização de canídeos e gatídeos, solicita-se o acréscimo orçamental, aumentando a dotação afeta ao Protocolo de colaboração – Programa de apoio à esterilização de animais de companhia em 5.426,23 €.

À consideração superior.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* em 15/11/2021, exarou o seguinte Despacho:

“Nos termos da informação, autorizo o acréscimo orçamental na dotação afeta ao Programa de Apoio à Esterilização de Animais de Companhia.

À Reunião de Câmara.”

----- Processo despesa n.º 2491 de 15/11/2021.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Em relação a estas causas do bem-estar animal, colocamos essas causas na agenda, de facto, depois, a candidatura do PS acabou também por vir a referir-se à causa animal. No entanto, este programa de esterilização é uma medida que faz falta, mas também faz falta cuidar de acompanhar os animais que estão abandonados pela cidade e que incomodam já algumas pessoas. Essa recolha de animais tem que ser feita com regularidade e têm de ser depois tratados, acompanhados e encaminhados para instituições ou estruturas que os apoiem.

Visitei o canil de São Salvador nas visitas que fiz aos vários locais do concelho, voltei lá agora, antes desta Reunião, e para visitar o canil de São Salvador é preciso ir de jeep. No verão os cães estão ao sol, não têm condições, aquele caminho, nem que eu queira ir lá adotar um animal, não me consigo deslocar lá com o meu carro, levar lá um animal também não. Pergunto: quando é que aquele caminho vai ser reparado? Quando é que vão ser criadas sombras? Quando é que vão ser criadas melhores estruturas para aqueles animais que estão ali encurralados naquelas jaulas a amontoarem-se uns em cima dos outros? Acho que era uma prioridade, pelo menos, o acesso a esse local em que realmente um carro ligeiro não passa. Pergunto: quando é que vai ser solucionado esse problema?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: A informação é o Programa de Apoio à Esterilização de Animais de Companhia – acréscimo orçamental. A Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana fez, já no ano passado, financiado, um programa à esterilização e este ano voltamos a fazer um programa de apoio nos cinco Municípios. Em Mirandela houve grande adesão o que faz com que tenhamos que trazer esta informação de acréscimo orçamental, porque as clínicas veterinárias fizeram 400 esterilizações de animais de companhia em pouco mais de três meses, julgo eu.

Temos, neste momento, em relação ao bem-estar animal, que é uma preocupação, não é de 2021, está no nosso projeto autárquico desde 2017...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: No papel...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: ... que relativamente ao canil de São Salvador, não é um canil na sua essência...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: É um depósito.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Estava a ser gerido por uma associação com prejuízos ambientais e prejuízos sob o ponto de vista da própria Freguesia de São Salvador, era também uma reclamação da Freguesia de São Salvador e a Câmara Municipal, porque o Centro de Recolha Oficial entrou em obras e não tinha condições para acolher mais nenhum animal que fosse recolhido por abandono ou por outras condições, nós, Câmara Municipal, e dadas as condições de alimentação dos animais, fez um protocolo com a associação e estamos a gerir desde aí um alojamento temporário que tem condições, neste momento. Como sabem, os processos de bem-estar animal transitaram da Direção Geral de Alimentação e Veterinária para o ICNF e, neste momento, estamos em fase de ter um projeto para licenciar o alojamento.

Sabemos bem que as condições não são as melhores, temos consciência que se evoluiu muito daquilo que existia antes da transferência para a Câmara Municipal, quer a nível de salubridade, neste momento tem água corrente, não tinha, quer a nível de tratamento aos próprios animais.

Não é verdade que os animais estão encurralados e são mal tratados, porque não são. Não são mal tratados os animais.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Atropelam-se uns aos outros. Não falei que eram mal tratados, ninguém disse isso.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Disse “encurralados”.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: E estão encurralados.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Estão em boxes.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Amontoados.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Tal qual existem noutros locais.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Tenho aqui as fotografias, Senhora Presidente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não preciso de fotografias, porque conheço.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Caso não tenha ido lá, eu tenho as fotografias.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Em relação à questão das obras no canil, a nossa prioridade, neste momento, não é o acesso, são as condições do canil, é uma vedação e tudo aquilo que diz respeito ao bem-estar dos animais, ao próprio canil, ao próprio alojamento/infraestrutura.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Vamos acompanhar.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o acréscimo orçamental, aumentando a dotação afeta ao Protocolo de Colaboração – Programa de Apoio à Esterilização de Animais de Companhia em 5.426,23 € (cinco mil quatrocentos e vinte e seis euros e vinte e três cêntimos), conforme proposto.

07/OA – Proposta de Atribuição de Subsídio, Associação de Caça e Pescas da Freguesia de Romeu.

----- Foi presente uma Proposta subscrita pelo Senhor Vereador *VÍTOR CORREIA* em 15/11/2021, com o seguinte teor:

“PROPOSTA

Assunto: Atribuição de subsídio, Associação de Caça e Pescas da Freguesia de Romeu.

Considerando o pedido em anexo, subscrito pela Associação de Caça e Pescas da Freguesia de Romeu, com sede em Vimieiro, entidade sem fins lucrativos, que solicita a atribuição de um subsídio no valor de 1.000,00 € (mil euros), com vista à realização de um evento denominado “1.ª Feira e Rota dos Sabores Tradicionais”, na qual estará inserida uma montaria ao

javalí e a abertura da caça ao tordo, sendo o valor pretendido usado para financiar algumas das despesas de logística do referido evento.

Considerando a importância do certame a realizar, para o desenvolvimento da freguesia em causa, nomeadamente no turismo cinegético. E que é atribuição do Município de Mirandela a prossecução e salvaguarda dos interesses das populações no domínio da promoção do desenvolvimento e que pode este apoiar entidades com vista à realização de eventos de interesse para o Município e atividades recreativas.

Propõe-se que a Câmara Municipal de Mirandela delibere a atribuir uma verba de 1.000 € (mil euros), para a realização da “1.ª Feira e Rota dos Sabores Tradicionais”.

Deverá a Associação de Caça e Pescas da Freguesia de Romeu, juntar posteriormente toda documentação relativa à Feira realizada, nomeadamente faturação, com vista à fiscalização do subsídio a atribuir.

Face ao exposto, nos termos do disposto nas alíneas o,) t) e u) do n.º 1 do art.º 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, propõe-se a Câmara Municipal de Mirandela delibere atribuir o subsídio de 1.000 € (mil euros), à Associação de Caça e Pescas da Freguesia de Romeu, mediante a junção posterior de documentos comprovativos da despesa efetuada.

Deverá a despesa ser devidamente cabimentada e orçamentada.”

----- Vem acompanhado de pedido subscrito pela Associação de Caça e Pescas da Freguesia de Romeu, que se dá por reproduzido.

----- Processo despesa n.º 2488 de 15/11/2021.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Aqui volto a perguntar o mesmo. Há algum critério? A apresentação dos comprovativos é pedida a todos os subsídios que são atribuídos a estas associações? Porque na realidade, também, ainda há bem pouco tempo, foi atribuído um subsídio, de uns largos milhares de euros, à Associação de Caça dos Avantos e pergunto se também foi pedido esses comprovativos e se alguém sabe no que é que esse dinheiro foi gasto?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Sim, são pedidos os comprovativos da despesa...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Como é que poderemos ter acesso a eles?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: ... como está na informação. Aliás, só é pago “mediante a junção posterior de documentos comprovativos da despesa efetuada”.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Como é que podemos ter acesso a eles?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Na contabilidade. Quer ver o pagamento?

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Qual foi o montante do subsídio que foi atribuído nessa altura à Associação dos Avantos?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não sei, esta é do Romeu.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Sim, mas antes. 20 mil euros? Foi? Pergunto. E a data de atribuição?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não lhe sei dizer.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Quanto tempo antes das eleições?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não sei. O Senhor Vereador se sabe, diga.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Vamos aguardar. Vamos recolher informação. A Câmara tem informação? Sobre as despesas, no que foi gasto o dinheiro? Tem informação, não tem? Se a Câmara tem, pedimos à Câmara.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Se o Senhor Vereador sabe, diga.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: A Câmara tem os comprovativos, não tem? Vamos pedi-los à Câmara.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Faça o pedido.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Uma vez que é assim, gostávamos de ter acesso aos comprovativos das despesas.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Faça o pedido.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Obrigado.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Aqui também pode fazer o pedido, se quiser. Aliás, pode fazer os pedidos de todos os apoios extraordinários para verificar que efetivamente é feita a despesa. Obviamente que sim.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Obviamente. O melhor que tem a democracia é o escrutínio. Portanto, estamos todos a caminhar no mesmo sentido. Por isso, se tivermos uma democracia melhor e mais participada, excelente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Exatamente. Pode pedir os comprovativos de todos os apoios.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o subsídio de 1.000,00 € (mil euros), à Associação de Caça e Pescas da Freguesia de Romeu, mediante a junção posterior de documentos comprovativos da despesa efetuada, conforme proposto.

08/OA – Proposta de Atribuição de Subsídio, Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental.

----- Foi presente uma Proposta subscrita pela Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* em 15/11/2021, com o seguinte teor:

“PROPOSTA

Assunto: Atribuição de subsídio, Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental.

Considerando o pedido em anexo, subscrito pela Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPADCM), NIPC 504646818, associação particular de solidariedade social, sem fins lucrativos, que solicita a atribuição de um subsídio no valor de 22.500,00 € (vinte e dois mil e quinhentos euros), fundamentado no facto de que no ano de 2020 e ainda em 2021, pela conhecida situação pandémica não ter sido possível àquela associação, realizar o conjunto das suas atividades habituais, que permitiam interagir com toda a comunidade e onde era possível concretizar o aumento da rede de contribuições (donativos e angariação de fundos). E que, na sequência dos seus compromissos com os seus utentes, na senda da garantia de melhor qualidade de vida e segurança, houve por parte da Direção da Instituição, uma preocupação premente na estratégia de Segurança contra o Covid-19, tendo para esse efeito, realizado investimentos em materiais, equipamentos e serviços que permitiram o atendimento permanente, sem que, por exemplo, o Lar Residencial da APPACDM de Mirandela tivesse casos positivos de doença.

O fundamento do atual pedido ao Município, alicerça-se nas múltiplas despesas desta Instituição no âmbito do combate ao Covid-19, de forma a garantir a sua estabilidade financeira e ao nível do atendimento aos seus clientes.

Considerando a importância da atividade desenvolvida pela APPADCM cuja missão é oferecer atividades, intervenções, alojamento aos clientes e apoio de qualidade às suas famílias que potencie a participação das pessoas com deficiência mental em todos os aspetos da sua vida, que tem em funcionamento várias respostas sociais e demais objetivos estatutários, conforme já descrito supra. E que é atribuição do Município de Mirandela a prossecução e salvaguarda dos interesses das populações no domínio da educação, saúde e ação social. Propõe-se que a Câmara Municipal de Mirandela delibere a atribuir um apoio monetário de 19.900,00 € (dezanove mil e novecentos euros), para fazer face ao acréscimo de despesas referidas, nomeadamente nos serviços disponibilizados que são notoriamente de interesse público relevante, pretendendo-se o garante da estabilidade financeira daquela Instituição.

Deverá a APPADCM juntar posteriormente toda documentação relativa às despesas exoradas, com vista à fiscalização do subsídio a atribuir.

Face ao exposto, nos termos do disposto nas alíneas *o*, *t*) e *u*) do n.º 1 do art.º 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, propõe-se a Câmara Municipal de Mirandela delibere atribuir o subsídio de 19.900,00 € (dezanove mil e novecentos euros), à Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, mediante a junção posterior de documentação que ateste a despesa realizada.

Deverá a despesa ser devidamente cabimentada e orçamentada.”

----- Vem acompanhado de pedido subscrito pela Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, que se dá por reproduzido.

----- Processo despesa n.º 2494 de 15/11/2021.

----- A Senhora Vereadora *VERA PRETO* invocou o art.º 9.º e as alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 69.º do Código do Procedimento Administrativo, ausentando-se da Reunião não tendo por isso participado na discussão e votação do referido assunto.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o subsídio de 19.900,00 € (dezanove mil e novecentos euros), à Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, mediante a junção posterior de documentação que ateste a despesa realizada, conforme proposto.

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E URBANISMO

09/DOMU – “PAICD_1 – 2018 | Reabilitação integral de habitação social no Bairro Operário (2021) em Mirandela”: Decisão de contratar, escolha do tipo de procedimento, entidades a convidar, nomeação do júri, audiência prévia, aprovação das peças de procedimento e cabimento.

----- Foi presente uma Informação subscrita pelo Técnico da Divisão de Obras Municipais e Urbanismo em 05/07/2021, com o seguinte teor:

“**Assunto:** Decisão de contratar, escolha do tipo de procedimento, entidades a convidar, nomeação do júri, audiência prévia, aprovação das peças de procedimento e cabimento.

“PAICD_1 – 2018 | Reabilitação integral de habitação social no Bairro Operário (2021) em Mirandela.”

No seguimento da solicitação efetuada superiormente pelo Sr.º Chefe de Divisão da DOMU, Eng.º *Rui Fernandes*, submeteu-se novamente à consideração superior a presente proposta cuja estimativa orçamental é de **1.513.221,25 € (um milhão, quinhentos e treze mil, duzentos e vinte e um euros, e vinte e cinco cêntimos)**, acrescido do IVA, que visa obter autorização para o seguinte:

1. Fundamentação da estimativa orçamental:

Em cumprimento do disposto no n.º 7 do art.º 17.º e do n.º 3 do art.º 47.º, ambos do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, designado abreviadamente pela sigla CCP, a fixação do valor estimado do contrato e a fixação do preço base deve ser fundamentada com base em critérios objetivos.

Pretende o Município proceder à implementação do PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, sendo uma das suas componentes o Plano de Ação Integrada para Comunidades Desfavorecidas, PAICD. Dentro deste Plano, a reabilitação integral de edifícios de habitação social está inserida no P.I.9.8., concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais. Esta prioridade de investimento incide sobre áreas de comunidades desfavorecidas na cidade, visando a implementação de projetos que promovam a qualificação dos edifícios de habitação social e espaços envolventes, com vista à melhoria da qualidade de vida da população residente ⁽¹⁾. A presente empreitada insere-se neste objetivo estratégico do Município. ⁽¹⁾ *Retirado da memória descritiva do projeto de arquitetura.*

A intervenção abrange as 19 moradias pertencentes ao Município, com tipologias variando entre a F1, F2 e F3, designação existente nos anos 40 para as atuais tipologias T1, T2 e T3. As moradias existentes têm áreas brutas que variam entre um mínimo de 36,5m² a 49 m² cada, e após esta intervenção que prevê a sua reabilitação integral e ampliação, passarão a ter áreas brutas que variam entre os 53 m² e os 85 m², áreas que estão conforme a atual legislação.

A anterior consulta pública não gerou interesse entre os industriais do sector pelo que se introduziram algumas modificações ao anterior Mapa de Medições tornando-o de mais fácil entendimento e orçamentação. Apenas se corrigiu a estimativa orçamental uma vez que na fase de esclarecimentos por parte dos potenciais interessados, no anterior concurso público, foram adicionados trabalhos não previstos na área das telecomunicações e eletricidade, pelo que importa adicionar ao valor anterior da estimativa orçamental.

2. Decisão de contratar:

A celebração de um contrato pressupõe, naturalmente, um ato decisório nesse sentido a ser emitido pela entidade para isso competente. Esse ato, por seu turno, implica direta e necessariamente a decisão de se pôr em marcha o respetivo procedimento legal.

O procedimento de formação de qualquer contrato se inicia com a decisão de contratar, a qual deve ser fundamentada e cabe ao órgão competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar, podendo essa decisão estar implícita nesta última.

Assim, a decisão de contratar é do Órgão Executivo do Município de Mirandela, nos termos do n.º 1 do art.º 36.º do Código dos Contratos Públicos, abreviadamente designado por CCP, da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º (Norma revogatória) do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de Agosto.

3. Escolha do tipo de procedimento:

De acordo com o valor estimado da despesa a efetuar, propõe-se a realização de um “**Concurso Público**”, nos termos do art.º 18.º e da alínea b) do art.º 19.º do CCP.

4. Condução do Procedimento/Júri:

De harmonia com o n.º 1 do art.º 67.º do CCP, os procedimentos para a formação de contratos são conduzidos por um júri, **designado pelo órgão competente para a decisão de contratar**, composto, em número ímpar, por um mínimo de três membros efetivos, um dos quais preside, e dois suplentes.

Para as suas faltas e/ou impedimentos, deverá ser designado o substituto do presidente do júri:

Presidente: *José Necho*, Técnico Superior;

1.º Membro efetivo: *Luís Beleza*, Técnico Superior;

2.º Membro efetivo: *Paulo Verdelho*, Técnico Superior;

- 1.º Membro suplente: *Rui Vila Verde*, Técnico Superior;
2.º Membro suplente: *Carlos Miranda*, Técnico Superior.
Substituirá o Presidente do júri, nas suas faltas e/ou impedimentos, o 1.º membro efetivo.

5. Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses:

Nos termos do n.º 5 do art.º 67.º do CCP, antes do início de funções, os membros do júri e todos os demais intervenientes no processo de avaliação de propostas, devem subscrever a declaração de inexistência de conflitos de interesses, conforme modelo previsto no anexo XIII ao CCP, que se anexa.

6. Fixação do prazo para a apresentação das propostas:

O prazo para a apresentação das propostas é fixado livremente, com respeito pelos limites mínimos estabelecidos no CCP. Na fixação do prazo para a apresentação das propostas, deve ser tido em conta o tempo necessário à sua elaboração, em função da natureza, das características, do volume e da complexidade das prestações objeto do contrato a celebrar, em especial dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, bem como a necessidade de prévia inspeção ou visita a locais ou equipamentos, por forma a permitir a sua elaboração em condições adequadas e de efetiva concorrência.

Nesta conformidade, propõe-se que o prazo a fixar para a apresentação das propostas seja de **60 dias**, contados nos termos do n.º 3 do art.º 470.º do CCP, após a data de envio do anúncio para publicação.

7. Audiência Prévia:

Nos termos do art.º 147.º do CCP, elaborado o relatório preliminar, o júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo, não inferior a cinco dias, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

8. Aprovação das Peças do Procedimento:

As peças do procedimento são os documentos conformadores do procedimento, elaborados pela entidade adjudicante, que servem de base ao procedimento de adjudicação de um contrato público e que, para isso, são patenteados ao conhecimento dos potenciais interessados em participar nesse procedimento.

Para os efeitos previstos no n.º 2 do art.º 40.º do CCP e face à alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo, submetem-se para aprovação o anúncio, o programa do procedimento e o caderno de encargos, que se anexam.

9. Critério de adjudicação:

A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a Câmara Municipal de Mirandela, **determinada pela modalidade da avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar**, em virtude de as peças do procedimento definirem todos os elementos da execução do contrato a celebrar, conforme preceitua o n.º 3 do art.º 74.º do CCP.

10. Gestor do Contrato:

Nos termos do n.º 1 do art.º 290.º-A do CCP, o Município de Mirandela deve designar um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, sendo a competência desta designação do órgão competente para a decisão de contratar, pelo que se propõe que seja nomeado para esta função o Eng.º *José Necho*.

11. Cabimento:

A assunção, autorização e pagamento de despesas depende, cumulativamente, da sua legalidade, inscrição orçamental, cabimento e compromisso, devendo, em obediência ao princípio da economia, eficiência e eficácia, ser justificada a conveniência e a prioridade da despesa, conforme determinam o n.º 1 do art.º 10.º das Normas de Execução do Orçamento Municipal para 2018, as normas preconizadas no POCAL, na Lei n.º 73/2013, na LCPA e ainda no Decreto-Lei n.º 127/2012. Previamente à formalização do procedimento pré-contratual, deverá ser assegurada a correspondente cabimentação orçamental.

À consideração superior.”

----- Vem acompanhada de diversa documentação, que se dá por reproduzida.

----- Foi presente um Parecer subscrito pelo Chefe da Divisão de Obras Municipais e Urbanismo *Rui Fernandes* em 09/11/2021, com o seguinte teor:

“Com o objetivo de implementar a execução desta obra propõe-se, a aprovação do projeto de execução, das peças procedimentais e a abertura do procedimento de concurso público, com a prévia verificação financeira.

O presente processo técnico (projeto de execução) foi elaborado internamente e já foi objeto de procedimento anterior, donde resultou a não adjudicação em consequência de todas as propostas serem excluídas, nos termos e fundamentos dos relatórios de apreciação das propostas e consequente deliberação da Câmara em reunião de 19/11/2021.

Com vista à definição do preço base para o concurso público em assunto identificado, foi feita uma consulta preliminar a oito empresas e só uma delas respondeu, agradecendo “... a consulta, mas que de momento devido ao elevado volume de procedimentos em estudo não temos disponibilidade para responder ao V/ pedido.”.

Tendo sido infrutífera a consulta preliminar, ocorreu ajustamento da estimativa de custos em relação ao 1.º procedimento (1.337.759,79 €) sendo agora de **1.514.000 € (um milhão, quinhentos e catorze mil euros)**, acrescido do IVA, valor que

corresponde ao preço base fixado em caderno de encargos nos termos e fundamentos da informação técnica. O prazo de execução considerado nas peças procedimentais é de 545 dias.

Dependendo da celeridade do procedimento, admite-se que esta empreitada possa gerar despesa no ano de 2022, no valor estimado de 500.000 € e o restante para o ano de 2023.

Para o procedimento poder ter evolução, devem ser proferidas decisões sobre os pontos elencados na informação técnica.

Deve designar-se o gestor do contrato propondo-se o Eng.º José Necho.

À consideração superior.”

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* em 09/11/2021, exarou o seguinte Despacho:

“Nos termos da informação e parecer técnicos, remete-se à consideração do Órgão Executivo Municipal - órgão competente para a decisão de contratar do procedimento em apreço, a decisão de aprovação da formalização do concurso público nos termos propostos.”

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO SOUSA* disse: Gostava de ser esclarecido quanto às obras que vão efetuar no Bairro Operário.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Este já é o terceiro concurso.

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO SOUSA* disse: Vão modificar a traça das casas?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não. É a reabilitação integral. As casas do Bairro Operário não têm condições de habitabilidade. Este já é o terceiro concurso público que fazemos, não tem sido atrativo para as empresas, é um projeto que está incluído no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. O Bairro do GAT já está adjudicado, o Bairro Operário ainda não tem concorrente. Foi um dos graves problemas que tivemos na execução, nos últimos anos, de obras públicas municipais, neste caso, falo no concelho de Mirandela. Apesar de os valores irem aumentando, as empreitadas não têm sido atrativas para as empresas. Este é um caso em que está a acontecer, já é o terceiro concurso público. Tem de estar executado até 2023 e estamos a tentar fazer, acho que é o último que vamos fazer, porque se não conseguirmos fazer por aqui, vamos ter que o incluir na Estratégia Local de Habitação.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto, aprovar:

- 1 - O projeto de execução da empreitada em apreço;
- 2 - A abertura do concurso público referente à empreitada “PAICD_1 – 2018 | Reabilitação integral de habitação social no Bairro Operário (2021) em Mirandela”, designadamente as peças procedimentais, a designação do júri e a nomeação do gestor do contrato.

DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL

10/DAG – “Remodelação e Requalificação da Escola Básica Luciano Cordeiro” – Relatório Final e Minuta do Contrato.

----- Foi presente uma Informação subscrita pelo Técnico da Subunidade Orgânica de Contratação Pública em 05/11/2021, com o seguinte teor:

“**Assunto:** Envio do Relatório Final e da minuta do contrato a celebrar para adjudicação e aprovação, respetivamente.

Concurso Público: CP634DAG - Remodelação e Requalificação da Escola Básica Luciano Cordeiro.

Com referência ao Concurso Público em assunto identificado, submete-se em anexo, ao Órgão Executivo Municipal - órgão competente para a decisão de contratar **para adjudicação e aprovação**, respetivamente:

- O **Relatório Final**, elaborado em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP);
- A **minuta do contrato a celebrar**, elaborada pelo Oficial Público do Município em 04/11/2021, em observância pelo n.º 1 do art.º 94.º, pela alínea d) do n.º 1 do art.º 95.º e pelo art.º 96.º, todos do CCP.

De harmonia com o n.º 1 do art.º 73.º do CCP, a adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as propostas apresentadas.

Ao abrigo do preceituado do n.º 1 do art.º 98.º do CCP, nos casos em que a celebração do contrato implique a sua redução a escrito, a respetiva minuta é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.

Nos termos e em cumprimento do disposto nos n.ºs 3 e 4 do art.º 148.º do CCP, o relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar, cabendo a este órgão decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Por força do disposto no n.º 1 do artigo 48.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), na redação atualmente em vigor, informa-se que este contrato de empreitada, previsto na alínea b) do n.º 1 do art.º 46.º da LOPTC, **não fica dispensado de fiscalização prévia do Tribunal de Contas (TdC)**, em virtude do seu valor ser superior a 750.000,00 euros, com exclusão do montante do imposto sobre o valor acrescentado que for devido.

Pelo exposto, deixa-se à consideração superior da Excelentíssima Senhora Presidente, nos termos do n.º 1 do art.º 5.º do Regulamento da Câmara Municipal de Mirandela, aprovado pelo Órgão Executivo em 06/11/2017, alterado e aprovado posteriormente pelo mesmo órgão em 13/02/2020, o agendamento do assunto em apreço com vista à obtenção da decisão do Órgão Executivo Municipal - órgão competente para a decisão de contratar do procedimento em apreço.”

----- Vem acompanhada de diversa documentação, que se dá por reproduzida.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* em 07/11/2021, exarou o seguinte Despacho:

“Com referência ao Concurso Público em assunto identificado, submete-se em anexo, ao Órgão Executivo Municipal - órgão competente para a decisão de contratar **para adjudicação e aprovação**, nos termos da informação infra.”

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Face aos documentos que estão em anexo, confesso que não consegui perceber bem o alcance das obras que vão ser feitas. Pedia que nos explicassem o tipo de obras, se é só a retirada do amianto ou se inclui mais algumas obras.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: A retirada do amianto é um procedimento diferente deste concurso público. Este é um concurso público que tem de ir a visto do Tribunal de Contas, é a Remodelação e Requalificação da Escola no seu todo. Esta escola não estava incluída no plano que tinha sido feito pela Câmara Municipal, temos consciência que esta é a escola que neste momento está em piores condições e fomos tentar obter financiamento.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: E a da Torre de Dona Chama também.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: A Escola de Torre de Dona Chama já teve obras na cantina escolar e no pavilhão de desporto. Vai ter que ter alguma intervenção, mas para já não está financiada.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Na Escola Luciano Cordeiro o que é que vão fazer em concreto?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: A reabilitação. Como foi feito na Escola Secundária. O fibrocimento é uma obra à parte, também financiada.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, relativamente ao procedimento pré-contratual que visa a realização da empreitada designada por “Remodelação e Requalificação da Escola Básica Luciano Cordeiro”, aprovar o Relatório Final produzido pelo júri, determinar a adjudicação à proposta apresentada pela concorrente “**ANTEROS EMPREITADAS – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E OBRAS PÚBLICAS, S.A.**”, pelo preço contratual de 1.938.959,00 euros, acrescido do IVA, à taxa legal em vigor, aprovando-se a minuta do contrato a celebrar elaborada pelo Oficial Público do Município, conforme proposto.

11/DAG – Subunidade Orgânica Contabilidade e Tesouraria: Resumo Diário.

----- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia 15 de novembro de 2021 que apresenta os seguintes valores:

SALDO DE GERÊNCIA-----	1.622.030,34€
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS-----	439.681,37€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS -----	<u>1.182.348,97€</u>
TOTAL DE DISPONIBILIDADES -----	1.622.030,34€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

12/DAG – Subunidade Orgânica Contabilidade e Tesouraria: Ordens de Pagamento.

----- Foi presente a informação n.º 22/DAG de 15/11/2021 que a seguir se transcreve:

Informa-se o Executivo Municipal que, no período compreendido entre 28 de outubro a 14 de novembro de 2021, foram processadas e autorizadas Ordens de Pagamento no montante total de **439.180,70 €**:

Descrição	Valores em €
Ordens de Pagamento Orçamentais	438.033,24 €
Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria	1.147,46 €

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

13/DAG – Subunidade Orgânica Contratação Pública: Requisições Externas de Despesa.

----- Foi presente a informação n.º 22/DAG de 15/11/2021 que a seguir se transcreve:

Informa-se o Executivo Municipal que, no período compreendido de 29 de outubro a 14 de novembro de 2021, foram processadas e autorizadas Requisições Externas no montante total de **1.838.288,07 euros**:

Nome do Responsável	Valores em euros
<i>Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira</i>	199.200,02
<i>Orlando Ferreira Pires</i>	1.538.489,69
<i>Vera Cristina Quintela Pires Preto</i>	12.144,16
<i>Vítor Manuel Correia</i>	88.454,20

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Em relação a estes documentos, pedia se nas próximas Reuniões, em vez de nos serem entregues estes documentos de tesouraria ou em complemento, como acharem bem, seria possível distribuir-nos os balancetes mensais da Câmara, porque precisamos de acompanhar as contas mensalmente. Ou faço um pedido. Gostava de acompanhar a evolução das despesas e das receitas da Câmara, gostava de ter um olhar especial para as questões financeiras. Portanto, pedia para nos documentos que nos são fornecidos serem incluídos também os balancetes.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Faça o favor, envie isso por escrito para o Setor de Apoio aos Órgãos Municipais e depois farão chegar à Chefe de Divisão da área financeira.

Período de Intervenção Aberto ao Público

Educação.

----- A Senhora Múncipe *Gabriela Lomba* disse: Boa tarde. Vou passar a assistir às reuniões, porque, de facto, acho que todos os cidadãos devem começar a ter um papel ativo na sociedade. Antes de mais, dar boa tarde à Senhora Presidente, aos Senhores Vereadores, aos Senhores Vereadores da Oposição, à Senhora Doutora e fazer votos, tal como o Senhor Vereador e o *Rui* já fizeram, de um excelente mandato para todos. Já tive o cuidado de o fazer institucionalmente à Senhora Vereadora da Educação, que é a área que nos diz respeito, embora, lamentavelmente, não tenha recebido nenhuma resposta, talvez por a nossa organização ser uma organização reconhecida pelo Ministério da Educação com o estatuto de utilidade pública e não ser uma dessas associações que faz peditórios mensais. Fica o reparo.

Em relação ao que foi hoje aqui discutido, gostava só de fazer um pequeno à parte, como mãe de cinco filhos que estudam e estudaram, dois já não estudam, neste concelho e como pessoa ligada à Educação.

Perdoe-me Senhora Presidente dizer isto, mas irrita-me e começa-me a irritar um pouco cada vez que se fala em planos estratégicos para a Educação responder com uma resposta de ordem de estruturas, de obras na escola, por assim dizer. Quanto a isso, as obras fazem falta, as condições de trabalho fazem falta, quer para se dar o ensino e aprendizagem, quer para motivar os Professores, os alunos e os funcionários que lá trabalham.

No entanto, nesse sentido, só quero deixar um reparo. Em 2015, a avaliação externa do Agrupamento, que se reportava ao passado, antes das obras, onde a maior parte de vocês estudaram e eu estudei, que não eram as condições que hoje temos, foi de “Bom”. Em 2018, foi de “Suficiente” e já tínhamos as salas de futuro, já tínhamos obras, portanto, é importante fazer face àquilo que o Senhor Vereador disse de começar a apostar no capital humano e começar a olhar para a escola com “olhos de ver”.

Não gosto também de ouvir dizer que vocês não se podem envolver nas questões organizacionais da escola. Não só podem como devem. Como sabem, os níveis organizacionais de uma escola dividem-se em quatro níveis: o mega, o macro, o meso e o micro. A partir do momento que este Município aceitou a delegação de competências só não pode intervir no micro que é o contexto de sala de aula. Todos os outros têm e devem intervir, por isso é que fazem parte do Conselho Municipal de Educação, por isso é que têm os funcionários à vossa responsabilidade, por isso é que têm as estruturas à vossa responsabilidade. Portanto, têm o dever de intervir, senão não estamos a fazer nada nos órgãos que integramos, apresentamos a demissão e deixamos integrar quem quer intervir de facto.

O Conselho Geral serve, precisamente, para regular o que é tratado na escola, para questionar, para intervir, para perguntar ao Conselho Pedagógico porque é que está a ser feito assim, se não pode ser feito de outra forma. O Conselho Municipal de Educação, que é onde estão reunidas várias entidades com intervenções claras na organização da Educação do concelho, é dali que têm de sair projetos, não pode ser só para discutir questões de transportes. Têm que sair dali projetos educativos concelhios, além da Carta Educativa, tem que sair um Plano Educativo, têm que sair medidas estruturais que vão envolver a comunidade.

Falou o Senhor Vereador muito bem, não temos a questão das artes abertas na escola, mas se calhar no Conselho Municipal de Educação temos uma forma de levar a arte às crianças. Os Senhores Vereadores da Cultura que têm sob a orientação deles a questão dos museus, da ecoteca, felizmente temos já algumas ofertas na cidade que se calhar no Conselho Municipal de Educação têm que sair dali, têm que ser pensados e serem estruturados projetos para levar a arte aos meninos. E levar a arte aos meninos não é fazer uma visita de estudo ao Museu, é fazer uma integração da visita no plano curricular das escolas. Já

foi proposto isso à escola? Já foi falado isso com a escola? Suponho que são coisas básicas que qualquer pessoa pode ver e questionar. Para isso é que nós integramos os órgãos, por isso é que estou aqui a falar, porque assisti ao que ouvi agora. Quando estamos temos que nos implicar no que estamos, senão não estamos a fazer nada.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Qual era a questão em concreto, por favor?

----- A Senhora Múncipe *Gabriela Lomba* disse: A questão é precisamente rever e refletirem sobre o que estão a fazer nos órgãos. Pôr os órgãos a funcionar. O Conselho Municipal de Educação tem outras valências que não organizar a rede de transportes.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Qual é a questão em si?

----- A Senhora Múncipe *Gabriela Lomba* disse: Não estou a colocar questão, estou a colocar reflexões, em função daquilo que ouvi hoje na reunião. Acho que é importante e é por isso que cá estamos. As questões que tiver que colocar posso fazê-las por escrito.

Outro assunto. Foi falado aqui na questão desta atribuição de subsídios que eu a dada altura pensei que estava numa reunião da Mesa da Santa Casa, porque, de facto, a Câmara tem que servir muito mais do que para atribuir subsídios, acho eu. Ou se os atribui tem que justificar porque é que os atribuiu e tem que pedir o relatório de contas e de atividades às empresas ou às instituições que recebem os subsídios, penso eu. É a minha humilde opinião.

Falando agora em subsídios, foi falada aqui a questão do PIICIE e, de facto, nestes últimos quatro anos tem tido alguma intervenção. Estive a verificar que o PIICIE apresentou dois projetos: “Um outro olhar para o conhecimento” e o “Hoje há Escola”. No primeiro projeto foi atribuída uma verba de 170 mil euros e no segundo mais de 235 mil euros. Há várias entidades envolvidas, não só o Agrupamento, não só a Santa Casa, como a Consultua, outras entidades e a Câmara Municipal. Gostava de saber onde é que posso consultar o relatório de atividades dessa entidade em termos de capacitação de pais e alunos e realização de projetos que foram feitos ao longo destes quatro anos. Muito obrigada.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Agradeço que faça chegar o seu *e-mail* para ser informada sobre a equipa do PIICIE.

----- A Senhora Múncipe *Gabriela Lomba* disse: E as restantes equipas que integram o projeto, estão lá refletidas também?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Sim, nós fazemos relatórios, aliás, este é um projeto da Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes.

Em relação às questões pedagógicas, a intervenção da múnice diz respeito a duas situações, sem colocar nenhuma questão. Obviamente são temas importantes e que vamos considerar, não sob o ponto de vista da questão da interferência direta na gestão pedagógica do Agrupamento de Escolas de Mirandela, os órgãos são acoplados, existe um Presidente do Conselho Geral. Aquilo que faremos é fazer chegar essas preocupações ao Conselho Geral e ao Conselho Municipal de Educação. Fica o nosso compromisso e também dizer que a lógica da nossa atuação não é não fazer nada, que fique claro, podemos é não fazer as coisas como vocês pensam que deviam ter sido feitas ou algumas pessoas pensam que devia ter sido feito, mas estamos ativos e dinâmicos onde estamos representados.

Relativamente à atribuição de subsídios do foro da questão que colocou, obviamente que está de acordo com aquilo que foi discutido aqui na Reunião de Câmara. No entanto, que fique claro que não há nenhum subsídio que seja dado a alguma instituição que não seja efetivamente gasto naquilo que foi preconizado.

Em relação ao Programa Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, os relatórios de atividades da equipa do PIICIE, terá que deixar o seu contacto de *e-mail* para poder ser contactada pela equipa e poderá consultar tudo aquilo que são os relatórios de atividades.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pela Senhora Presidente e por mim Esmeralda Pinto, que a elaborei e mandei transcrever.

----- Seguidamente foi encerrada a reunião, eram 17 horas e 30 minutos.

A Presidente da Câmara Municipal;



Júlia Rodrigues

A Jurista;



Esmeralda Pinto